

Ambiental Participações S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ambiental Participações S.A.
Joinville – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambiental Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambiental Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em decorrência de reclassificações e correção de erros, os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Porque é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia decorre substancialmente da prestação de serviços de limpeza urbana, serviços gerais e saneamento. No reconhecimento da receita existe uma parcela que se refere à uma provisão de receitas, que é estimada com base na média de valores faturados em períodos anteriores e nos contratos de concessão firmados com as prefeituras.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de prestação de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, (ii) para parte da receita reconhecida, referente à provisão das receitas de serviços prestados e não faturados, a Administração se utiliza de estimativas que envolvem julgamento. Nesta situação a provisão de receita é calculada com base em estimativa referente ao período em que ocorreu o serviço e em contratos firmados com as prefeituras; (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das principais atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo da Administração para mensurar o montante da provisão de receita de prestação de serviços a ser reconhecida, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (ii) inspecionamos, resumimos e recalculamos a totalidade dos contratos de concessão; (iii) para as respectivas notas de prestação de serviços, realizamos testes por amostragem, avaliando suas especificidades e registro contábil; (iv) teste de recebimento subsequente de notas fiscais e faturas aos consumidores, por amostragem; (v) testes sobre as receitas não faturadas, avaliando o processo de estimativa da Administração e a materialização do faturamento e seus recebimentos subsequentes; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram determinadas deficiências de controles internos relacionadas ao reconhecimento da receita as quais nos levaram a alterar nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e modificar a natureza de nossos procedimentos planejados. Também como resultado de nossos procedimentos anteriormente descritos, identificamos ajustes afetando os saldos de receitas, os quais foram efetuados pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Porque é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no primeiro semestre de 2022, a Companhia concluiu a aquisição do controle das empresas que compõem o Grupo Tucano. Ao adquirir um negócio, a Companhia deve mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como o valor justo da contraprestação transferida. A Companhia deve também mensurar e reconhecer separadamente o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“Goodwill”).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores envolvidos na aquisição das empresas anteriormente mencionadas foram, em conjunto, materiais para a auditoria; (ii) a mensuração dos valores justos de ativos, passivos e “Goodwill” envolveu a aplicação de metodologias e premissas de avaliação relevantes que são complexas e requerem alto grau de julgamento por parte da Administração e de seus especialistas, tais como taxas de desconto e crescimento; (iii) as alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor dos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora; e (iv) houve forte interação com a Administração da Companhia na avaliação do tema.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos contratos que formalizaram a combinação de negócios e análise da documentação-suporte para as transações; (ii) o envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas para avaliação das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por expectativa de rentabilidade futura; (iii) avaliação dos registros contábeis decorrentes da transação de aquisição; e (iv) avaliação das divulgações requeridas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os critérios de reconhecimento contábil da combinação de negócios adotados pela Administração e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 1º de junho de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC


Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2



Relatório da administração

Ambiental Participações S.A.



SOBRE A AMBIENTAL

A Ambiental Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding constituída para controlar as empresas do grupo. A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (Ambiental), é a principal empresa que compõe a Companhia e atua nas áreas de limpeza urbana e saneamento.

A Ambiental tem sua Sede Administrativa em Joinville, à rua Lages, 323, Centro. Atua no setor de Limpeza Urbana desde 1999 e no setor de Saneamento desde 2003, oferecendo serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Os serviços de coleta são realizados periodicamente, de acordo com as demandas estabelecidas pelas prefeituras em que a Ambiental está presente. Esses serviços incluem coleta de resíduos sólidos comuns, resíduos recicláveis, resíduos sólidos especiais e resíduos sólidos de serviços de saúde, todos com tratamento e disposição final adequados e com cobrança direta de tarifa aos usuários.

Fazem parte dos serviços gerais de limpeza as atividades de raspagem, capina mecanizada, varrição de vias pavimentadas, limpeza de bocas de lobo, limpeza de praias e pintura de meio-fio.

No saneamento, a Ambiental realiza a operação, manutenção e melhoria das unidades que compõem os sistemas de abastecimento de água (captação, recalque, adução, tratamento, reservação e distribuição) e de esgotamento sanitário (ligações de esgoto, redes coletoras, elevatórias e estações de tratamento de esgoto).

Em 2022 foram adquiridas três empresas: T.O.S. Obras e Serviços, Tucano Gestão Ambiental e Continental Obras e Serviços, que atuam em mais de 100 municípios catarinenses, desde o meio oeste até a fronteira com a Argentina. O contrato foi assinado em 30 de abril e a Ambiental assumiu a gestão no dia 2 de maio. Esse evento é destaque em uma etapa muito importante da concretização do Planejamento Estratégico, que tem como um dos objetivos o crescimento inorgânico da Companhia gerando novas oportunidades à equipe.

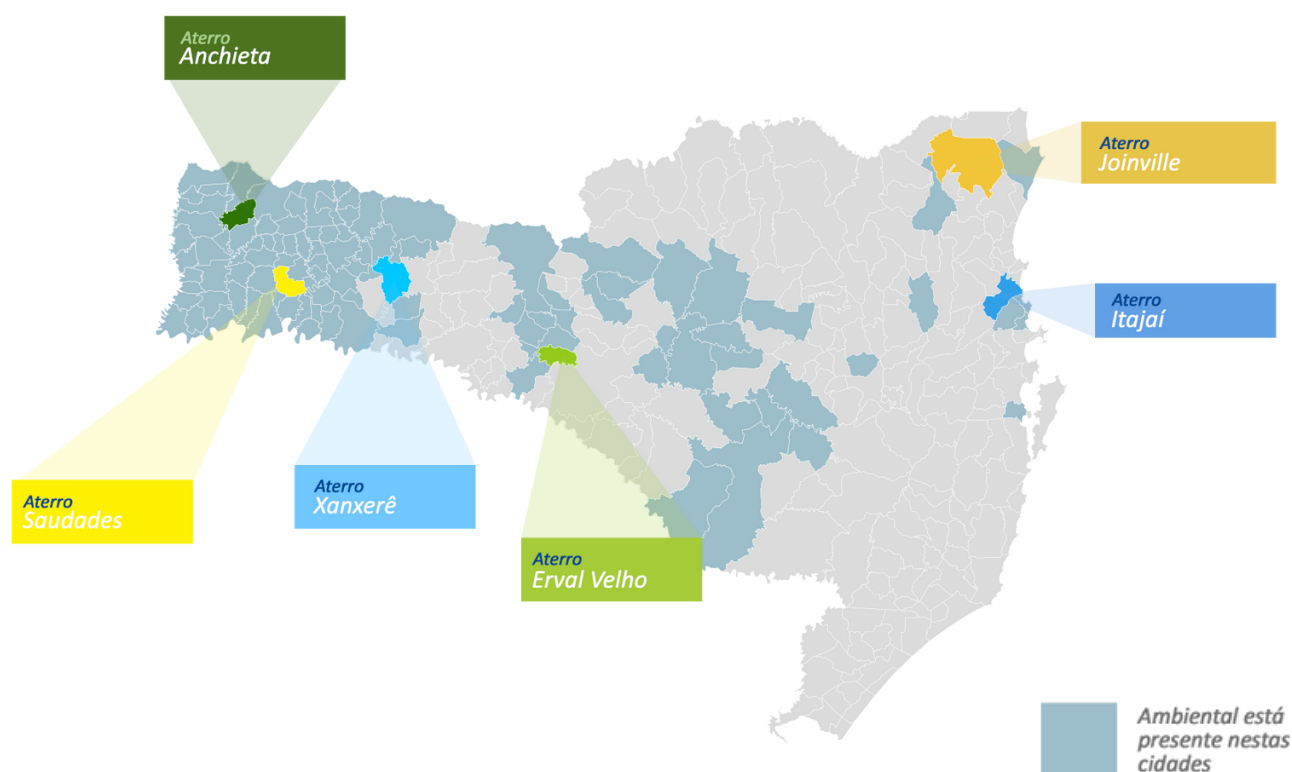
Com o objetivo de direcionar o foco para as atividades de limpeza urbana, em 2022 iniciou a negociação para o desinvestimento de uma das empresas que faziam parte da Companhia, a Engeco Projetos e Construção Ltda., prestadora de serviços na área de iluminação pública e serviços elétricos. A efetivação da venda ocorreu em janeiro de 2023.





ABRANGÊNCIA

Com mais de 3.300 funcionários, está presente em aproximadamente 100 municípios, atendendo uma área geográfica de cerca de 2,5 milhões de pessoas. Recolhe mais de 600.000 toneladas de resíduos por ano, de forma ambientalmente correta. Possui 6 contratos de concessão para realização de serviços gerais de limpeza, coleta de resíduos e tratamento e disposição final. Conta com 4 aterros sanitários próprios localizados em Anchieta, Erval Velho, Saudades e Xanxerê. Além disso, é responsável pela operação de outros 2 aterros sanitários, localizados em Itajaí e Joinville.





A A Companhia preza, acima de tudo, por cuidar das cidades, com todo o esmero que se espera de uma empresa que contribui com a saúde e o bem-estar da população. O comprometimento em atuar de forma mais sustentável é comprovado por meio das diretrizes do índice ESG



Environmental
(ambiental)

- Oferecemos uma solução completa para os resíduos urbanos;
- Expertise desde a coleta de resíduos até a transformação do biogás em energia;
- Modelo inovador, refletindo em ganhos ambientais para as cidades.
- Sistema de Gestão Ambiental (SGA), com o objetivo de avaliar e controlar os impactos ambientais das atividades, produtos e serviços.



Social

- Atendimento à população final com tarifas acessíveis;
- Proporcionamos uma cidade mais agradável para o convívio social;
- Contato direto com a população por meio de projetos socioambientais;
- Recrutamento interno e valorização dos funcionários. Os Diretores iniciaram como estagiários assim como alguns Gerentes;
- Foco no bem estar e na segurança de nossos colaboradores. A Companhia não mede esforços para fomentar a segurança de cada funcionário. Para isso, conta com uma equipe de 21 Técnicos de Segurança do Trabalho que atuam em todas as cidades em que prestamos serviços.



Governance
(governança)

- Sólida governança desde a fundação;
- Gestão profissionalizada que conta com Conselho de Administração;
- Controle e mensuração dos processos internos e de sua eficiência;
- Adoção das melhores práticas contábeis;
- Plano de carreira aos funcionários e análise de performance;
- Programa de Integridade, para o aprimoramento e sistematização dos instrumentos na prevenção e combate à corrupção, já existentes na organização;
- Canal de Comunicação e Denúncias, para o recebimento de sugestões, reclamações e denúncias, tanto internas quanto externas;
- Comitê de Ética, que se reúne quinzenalmente para analisar as demandas provenientes do Canal de Comunicação e Denúncias e para discutir o aperfeiçoamento do Programa de Integridade.





MODELO DE COBRANÇA



Modelo de cobrança nos contratos de concessão

Benefícios no modelo de cobrança da Ambiental:

- Expertise nesse modelo de negócio por ser a primeira empresa do segmento a realizar a cobrança direta por meio de tarifas;
- Agilidade no processo de cobrança e medidas para redução da inadimplência como negativação, cobrança ativa e cobrança judicial;
- Contato com a população, fatura de baixo valor e atendimento em canal direto (valor médio da tarifa mensal em 2022 foi de R\$ 28,00);
- Os serviços prestados com qualidade pela empresa refletem em menor inadimplência;
- Os valores das tarifas entram no caixa da empresa, sem intermediação das Prefeituras;
- Gestão independente da carteira com mais de 570.000 mil “clientes”.

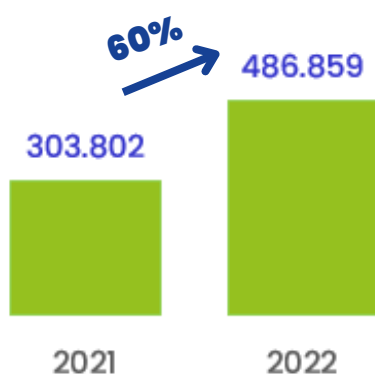
Os contratos de concessão são reajustados anualmente com base na análise de custos e despesas relacionadas às atividades, refletindo aumento da quantidade de funcionários, veículos e equipamentos necessários para a execução dos serviços.





PERFORMANCE FINANCEIRA

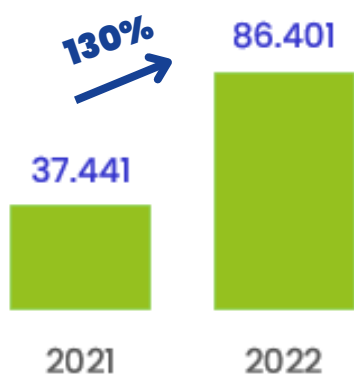
RECEITA LÍQUIDA (R\$ MIL)



Receita Líquida

- Aquisição estratégica de empresas localizadas no oeste de Santa Catarina (crescimento inorgânico);
- Conquista de contratos de manutenção da rede de água e esgoto no município de Joinville;

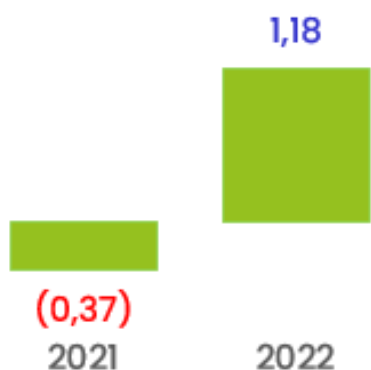
EBITDA (R\$ MIL)



EBITDA

- Aumento inorgânico das receitas;
- Disposição final de resíduos em aterros sanitários próprios.

DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA



Dívida Líquida / EBITDA

- Emissão de Debêntures (segunda série de R\$ 40 MM em junho/2022);
- Emissão de Notas Comerciais (série única de R\$ 40MM em setembro/2022).



PERFORMANCE FINANCEIRA

Indicadores – R\$ mil	2022	2021 (reapresentado)
Receita Bruta	544.320	347.292
Receita Líquida	486.859	303.802
Lucro Operacional	115.723	58.627
Lucro Líquido	39.546	37.816
Dívida Líquida	102.141	(13.749)
% ROE	40,48	52,56
EBITDA (a)	86.401	37.441
EBITDA ajustado (b)	103.878	55.342
Dívida Líquida / EBITDA	1,18	(0,37)
Dívida Líquida / EBITDA ajustado (b)	0,98	(0,25)
% Margem EBITDA	17,75	12,32
% Margem EBITDA ajustado (b)	21,34	18,22

(a) estornado o efeito da "equivalência patrimonial" e "outras receitas (despesas) operacionais", em função da fórmula de cálculo definida na escritura de emissão das debêntures e nota comercial.

(b) incluído no resultado operacional as classificações de "juros s/ carnês atrasados", "descontos concedidos", por serem eventos recorrentes e excluindo despesas com assessorias de M&A.

Em dezembro de 2021 a Ambiental Participações realizou sua primeira operação no mercado de capitais com emissão de debêntures no valor de R\$ 80 milhões, com desembolso em duas séries: a primeira em dezembro de 2021 e a segunda em junho de 2022. Esses recursos foram destinados para Capex e aquisições de empresas (M&A), visando o crescimento inorgânico.

Já em setembro de 2022, houve emissão de Nota Comercial no valor de R\$ 40 milhões, também com o objetivo de investimento em Capex e reforço do capital de giro.





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

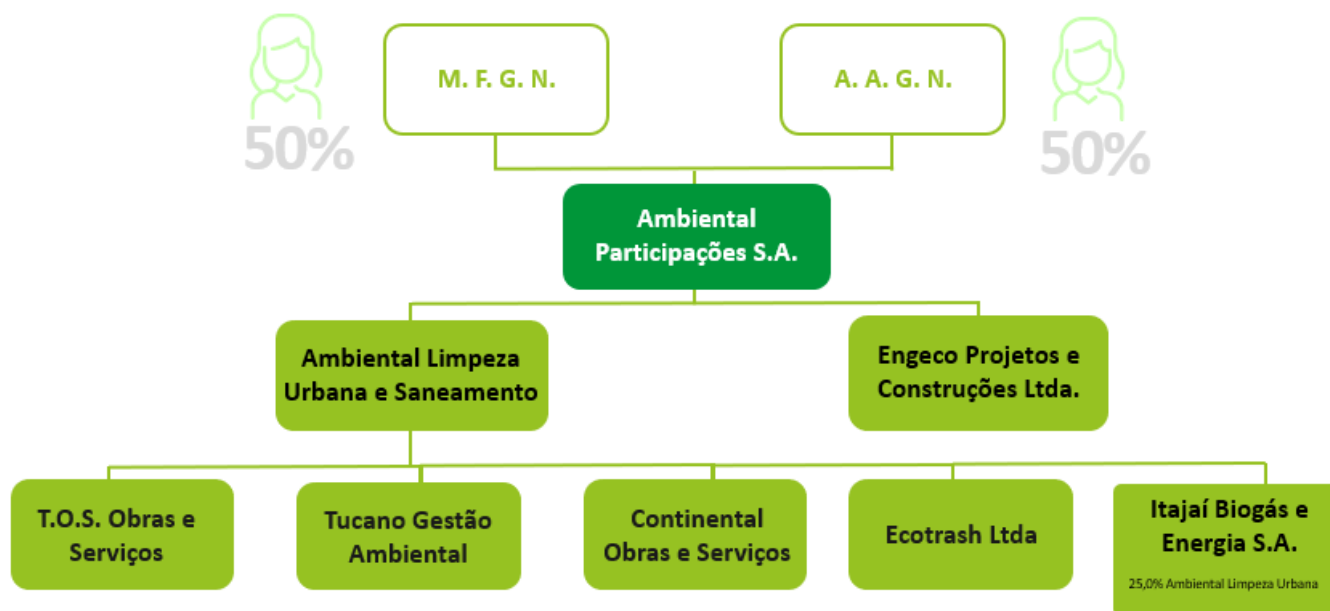
Conselho de Administração

Álvaro de Calazans Gayoso Neves Filho (Presidente do Conselho)
 Eduardo Shakir Carone (Conselheiro independente)
 Jurandir José da Silva (Conselheiro)
 Luana Siewert Pretto (Conselheira independente)
 Ricardo Alves Rabelo (Conselheiro)

Diretoria

Holdemar Alves (Diretor Presidente)
 Ugino Nolli Junior (Diretor Financeiro)

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia preserva a independência do auditor, de acordo com a regulamentação aplicável, na contratação de serviços não relacionados a auditoria externa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes somente prestaram serviços relacionados a auditoria externa.



AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1 DE JANEIRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)			31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
CIRCULANTE							CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	4.279	14	2.272	69.078	39.601	35.119	Fornecedores	21	-	1	-	12.110	7.919	6.940
Aplicações Financeiras	8	-	37.533	-	1.038	37.533	-	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	22	49.376	7.144	18.821	51.143	8.827	21.063
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	-	54.925	35.873	43.473	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	-	-	-	23.144	15.560	15.381
Estoques	-	-	-	-	130	79	79	Obrigações Tributárias	24	304	184	13	13.966	10.818	5.380
Tributos a Recuperar	10	1.097	229	9	6.393	7.355	705	Partes Relacionadas	11	12.888	15.000	-	12	363	1.485
Partes Relacionadas	11	2.649	883	116	-	-	-	Adiantamentos de Clientes	-	-	-	-	59	271	186
Adiantamentos a terceiros	12	-	-	-	1.092	376	329	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	11	3.287	1.499	-	3.287	1.850	350
Outros Créditos	13	-	-	-	259	59	71	Outras Obrigações	25	-	-	-	23.335	1.857	599
Ativo Financeiro de Concessão	16	-	-	-	165	-	-	Passivo de Arrendamento	20	-	-	-	2.689	2.157	3.119
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		8.025	38.659	2.397	133.080	120.876	79.776	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		65.855	23.828	18.834	129.745	49.622	54.503
NÃO CIRCULANTE							NÃO CIRCULANTE								
Partes Relacionadas	11	-	-	-	1.442	1.344	731	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	22	113.105	49.307	10.510	118.378	50.626	11.495
Depósitos Judiciais	26	-	-	-	1.613	2.092	2.076	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	-	-	-	458	19	95
Outros Créditos	13	-	-	-	17.827	5.987	-	Tributos Diferidos	14	310	25	-	22.722	12.480	9.523
Ativo de contrato	15	-	-	-	63.217	16.702	6.793	Outras Obrigações	25	-	-	-	62.008	6.675	7.021
Ativo Financeiro de Concessão	16	-	-	-	3.913	95	87	Provisão para Contingências	26	-	-	-	5.357	3.821	2.656
					88.012	26.220	9.687	Passivo de Arrendamento	20	-	-	-	47	1.775	1.830
INVESTIMENTOS	17	252.682	99.703	73.005	407	747	987	Total do Passivo Não Circulante		113.415	49.332	10.510	208.970	75.396	32.620
Propriedades para investimentos	-	409	-	-	409	409	371								
Imobilizado	18	15.836	6.726	-	110.068	37.424	29.047								
Intangível	19	-	-	-	101.789	7.869	9.057								
Ativo Direito de Uso	20	-	-	-	2.632	3.427	4.281								
Total do Ativo Não Circulante		268.927	106.429	73.005	303.317	76.096	53.430	Reservas de Lucros		67.680	41.926	8.311	67.680	41.926	8.311
								Reservas de Capital		-	-	7.747	-	-	7.747
								Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		97.682	71.928	46.058	97.682	71.928	46.058
								NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-	26	25
								Total do Patrimônio Líquido		97.682	71.928	46.058	97.682	71.954	46.083
TOTAL DO ATIVO		276.952	145.088	75.402	436.397	196.972	133.206	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		276.952	145.088	75.402	436.397	196.972	133.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1 DE JANEIRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 (reapresentado)	2022	2021 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	3.524	550	486.859	303.802
Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	30	(796)	(94)	(371.136)	(245.175)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.728	456	115.723	58.627
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		48.055	39.447	(48.354)	(18.817)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(1.166)	(255)	(56.333)	(32.938)
Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas	30	1	-	8.573	14.361
Equivalência Patrimonial	17	49.220	39.702	(594)	(240)
LUCRO OPERACIONAL		50.783	39.903	67.369	39.810
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	31	2.396	145	25.631	26.973
Despesas Financeiras	31	(13.421)	(2.204)	(29.149)	(9.657)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		39.758	37.844	63.851	57.126
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	14	-	(4)	(16.005)	(16.354)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(212)	(25)	(8.300)	(2.956)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		39.546	37.815	39.546	37.816
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				39.546	37.815
Participação dos Não Controladores				-	1
				39.546	37.816
Quantidade de ações	28			30.002	30.002
Lucro líquido por ação	28			1,32	1,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1 DE JANEIRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)	2022	2021 (reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.546	37.815	39.546	37.816
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>39.546</u>	<u>37.815</u>	<u>39.546</u>	<u>37.816</u>
Atribuído a:				
Quotistas da Empresa	39.546	37.815	39.546	37.815
Participação dos Não Controladores	-	-	-	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1 DE JANEIRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Reservas de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Total	
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal					Reserva de Lucros
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (APRESENTADO ANTERIORMENTE)		30.000	7.747	-	1.073	-	38.820	25	38.845
Impacto dos ajustes		-	-	-	7.238	-	7.238	-	7.238
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2021 (REAPRESENTADO)		30.000	7.747	-	8.311	-	46.058	25	46.083
Resultado do Exercício:									
Resultado Líquido do Exercício (reapresentado)		-	-	-	-	37.815	37.815	1	37.816
Destinações:									
Reserva Legal		-	-	1.891	-	(1.891)	-	-	-
Lucros Retidos		-	-	-	35.924	(35.924)	-	-	-
Transação de capital com sócios:									
Aumento de Capital	27	2	-	-	-	-	2	-	2
Juros sobre o Capital Próprio	27	-	-	-	(1.765)	-	(1.765)	-	(1.765)
Distribuição de Lucros	27	-	(7.747)	-	(2.435)	-	(10.182)	-	(10.182)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (REAPRESENTADO)		30.002	-	1.891	40.035	-	71.928	26	71.954
Resultado do Exercício:									
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	39.546	39.546	-	39.546
Destinações:									
Reserva Legal		-	-	1.977	-	(1.977)	-	-	-
Lucros Retidos		-	-	-	37.569	(37.569)	-	-	-
Transação de capital com sócios:									
Aquisição de participação de não controladores	17	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Juros sobre o Capital Próprio	27	-	-	-	(3.868)	-	(3.868)	-	(3.868)
Distribuição de Lucros	27	-	-	-	(9.924)	-	(9.924)	-	(9.924)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		30.002	-	3.868	63.812	-	97.682	-	97.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1 DE JANEIRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 (reapresentado)	2022	2021 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos		39.758	37.844	63.851	57.126
Ajustes:					
Equivalência Patrimonial	17	(49.220)	(39.702)	594	240
Depreciação e Amortização	30	941	111	27.011	11.752
Valor Justo - Propriedades para Investimentos		-	-	-	(38)
Provisão para Contingências	26	-	-	(409)	2.161
Provisão de Juros sobre Outras Obrigações		-	-	6.293	969
Provisão de Juros sobre Empréstimos	31	12.718	1.728	14.088	2.150
Provisão de Juros sobre Partes Relacionadas	11	524	334	(229)	(50)
Provisão de Juros sobre Ativos de Concessão		-	-	(934)	(366)
Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	9	-	-	8.810	10.151
Ajuste a Valor Presente sobre Arrendamentos	31	-	-	282	368
Valor residual de Ativo Imobilizado e Intangível baixados		-	-	(1.290)	(246)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a Receber de Clientes		-	-	(20.566)	(2.551)
Aplicações Financeiras		37.533	(37.533)	36.495	(37.533)
Estoques		-	-	63	-
Tributos a Recuperar		(638)	203	600	(6.650)
Adiantamentos a terceiros		-	-	(696)	(48)
Partes Relacionadas		(69)	(282)	(220)	(1.122)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos		12.817	12.095	-	-
Outros Créditos		-	-	(11.717)	(5.975)
Depósitos Judiciais		-	-	479	(16)
Fornecedores		(1)	1	1.621	979
Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	-	1.919	103
Obrigações Tributárias		120	(94)	2.996	531
Outras Obrigações		-	-	833	(1.053)
Adiantamentos de Clientes		-	-	(212)	87
Impostos pagos		-	(4)	(17.574)	(11.712)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/APLICADO PELAS/NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		54.483	(25.299)	112.088	19.257
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada		(121.000)	-	-	-
Aquisição de controladas líquido do caixa adquirido		-	-	(71.754)	-
Aquisição de cotas de acionista não controlador		(21)	-	(21)	-
Efeito de transferência de caixa por motivo de cisão		1.600	-	-	-
Receita de vendas do Ativo Imobilizado		-	-	2.440	506
Adições do Ativo Imobilizado	18	(10.051)	(6.837)	(29.756)	(13.360)
Adições e Baixas ao Ativo de Contrato e Intangível		-	-	(56.448)	(11.324)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(129.472)	(6.837)	(155.539)	(24.178)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	27	(11.423)	(10.182)	(11.774)	(10.182)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	22	(12.230)	(1.431)	(13.579)	(1.844)
Captações de Empréstimos e Financiamentos	22	115.048	45.666	121.016	47.502
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	22	(8.972)	(18.847)	(16.817)	(20.917)
Custo de transação sobre ingressos de debêntures	22	(534)	4	(534)	4
Partes Relacionadas	11	(2.635)	14.666	-	(563)
Passivo de Arrendamento	20	-	-	(5.384)	(4.599)
Aumento de Capital Social	27	-	2	-	2
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		79.254	29.878	72.928	9.403
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.265	(2.258)	29.477	4.482
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		14	2.272	39.601	35.119
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		4.279	14	69.078	39.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ambiental Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 18 de agosto de 2020 e sua Sede Administrativa está localizada na Rua Lages, 323, Sala 02, Centro no município de Joinville/SC.

Sua principal atividade atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de “holding”. A Companhia também realiza locação de veículos e equipamentos.

Reorganização societária – Cisão Parcial

No exercício de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o desinvestimento da controlada Engeco Projetos e Construções Ltda. A estratégia da Companhia é passar a priorizar o seu core business: atividades de limpeza urbana e saneamento, em detrimento de outras atividades, que eram executadas pela Engeco.

Dessa forma, em 30 de novembro de 2022, certos ativos da Engeco foram cindidos parcialmente e transferidos para a controladora Ambiental Participações S.A. e para a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. A cisão teve como base laudo específico elaborado por consultoria especializada, o qual foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Esse movimento fez parte das ações que antecederam o desinvestimento na Engeco Projetos e Construções. A relação de bens cindidos e posteriormente incorporados aos patrimônios da Ambiental Limpeza Urbana e Ambiental Participações é demonstrada a seguir:

	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Ambiental Participações S.A.	Engeco Projetos e Construções Ltda
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	1.600	(1.600)
Partes Relacionadas	47	-	(47)
Propriedades para Investimento	-	409	(409)
Investimentos em controladas e coligadas	23	-	(23)
Obrigações tributárias	-	(71)	71
Acervo líquido cindido/incorporado	70	1.938	(2.008)

Dessa forma, após a cisão o capital social da Engeco Projetos e Construções foi diminuído de R\$3.271 para R\$1.263, uma redução, portanto, no valor de R\$2.008.

Objetivando concluir o processo de desinvestimento, em 5 de janeiro de 2023 a Companhia assinou o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda das quotas, através da qual vendeu a totalidade de sua participação societária na Engeco Projetos e Construções Ltda.

Combinação de negócios - “Grupo Tucano”

Em 30 de abril de 2022, a Companhia adquiriu a totalidade da participação societária nas empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda. em conjunto referidas como “Grupo Tucano”. As empresas adquiridas têm como atividades principais a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos comuns, recicláveis e de saúde. Essa aquisição está em linha com a estratégia de crescimento inorgânico da Companhia além de posicionar a operação no oeste do estado de Santa Catarina.

As empresas adquiridas possuem 4 aterros sanitários próprios, localizados nos municípios de Saudades, Erval Velho, Anchieta e Xanxerê, todas no estado de Santa Catarina. As aquisições ocorreram da seguinte forma:

- Preço total de aquisição: R\$ 149.682 com o seguinte cronograma de pagamento:
 - (1) R\$ 80.000 liquidados na data de fechamento da transação;
 - (2) R\$ 70.000, diminuído do ajuste de preço de R\$ 318, em 5 parcelas com vencimento a cada 12 meses a partir da data de fechamento da transação, que será corrigida a partir da data de fechamento pela variação correspondente da Taxa Selic.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido nas suas contas a pagar o montante de R\$19.864 no passivo circulante e R\$ 56.000 no passivo não circulante.

A Companhia contratou uma consultoria especializada para realizar a avaliação e alocação do preço de aquisição, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, correlacionado a norma internacional de contabilidade IFRS 3 - Business combination, com o objetivo de emissão de Laudo do PPA (Purchase Price Allocation), em consonância com o procedimento, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras.

Para avaliação do negócio, o método utilizado foi o fluxo de caixa descontado, baseado na rentabilidade futura da adquirida.

Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição da T.O.S. Obras Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda são preliminares conforme previsto pelo CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição.

Os valores combinados da aquisição são descritos conforme segue:

Conta	Saldo contábil final 30/04/2022	Mais valia	Valor adquirido
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.246	-	8.246
Contas a receber de clientes	7.292	-	7.292
Estoques	114	-	114
Adiantamentos	20	-	20
Impostos a recuperar	218	-	218
Outros Ativos Circulantes	325	-	325
Investimentos	258	-	258
Imobilizado	28.780	27.092	55.872
Intangível	7	-	7
Intangível – Licenças	-	48.500	48.500
Intangível - Relacionamento com clientes - não licitação	-	22.690	22.690
Intangível - Relacionamento com clientes – licitação	-	2.733	2.733
Intangível - parcela não alocada	-	23.589	23.589
Total do ativo	45.260	124.604	169.864

Conta	Saldo contábil final 30/04/2022	Mais valia	Valor adquirido
Empréstimos e financiamentos	1.693	-	1.693
Fornecedores	2.570	-	2.570
Obrigações tributárias	1.720	-	1.720
Obrigações sociais e trabalhistas	5.397	-	5.397
Outras contas a pagar	7	-	7
Provisões para contingências	1.945	-	1.945
Empréstimos e financiamentos - não circulante	4.201	-	4.201
Obrigações sociais e trabalhistas - não circulante	707	-	707
Tributos diferidos	1.941	-	1.941
Capital Social	22.531	-	22.531
Lucros (Prejuízos) Acumulados	2.548	124.604	127.152
Total do passivo	45.260	124.604	169.864

Contratos de concessão

Atualmente, a Companhia possui as seguintes Concessões Públicas de Limpeza Urbana:

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Opção de renovação/extensão ao final da concessão (i)	Mudanças no contrato ocorridas desde o início
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA	Serviços de Limpeza Urbana do Município	1997 - 2037	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	Sim	Reajuste de tarifa, alteração de prazo e objeto
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Itajaí	Sim	Reajuste de tarifa, alteração de prazo e objeto
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2005 - 2030	Prefeitura Municipal de Itapema	Sim	Reajuste de tarifa, alteração de prazo e objeto
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Joinville	Sim	Reajuste de tarifa, alteração de prazo e objeto
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2023 - 2043 (ii)	Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul	Sim	Reajuste de tarifa, alteração de prazo e objeto
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2004 - 2031	Prefeitura Municipal de São José	Sim	Reajuste de preço, alteração de prazo e objeto

(i) Todos os contratos de concessão preveem renovação ou extensão dentro do prazo limite definido pelos Editais sem necessidade de nova licitação.

(ii) A renovação do contrato foi assinada no dia 02 de janeiro de 2023, prorrogando por mais 20 anos a partir de 07 de março de 2023 à 07 de março de 2043.

Em todas as concessões a Companhia possui direito de utilização total dos ativos concedidos durante o período do contrato. Obedecendo às condições de uso acordadas, deve efetuar melhorias nos ativos concedidos, como: investimentos no sistema de tratamento e destinação final de resíduos; obras de capacitação e complementação; e ampliação e implementação de melhorias nas instalações e/ou equipamentos.

A Companhia é requerida a realizar manutenções periódicas dos ativos (instalações, veículos, equipamentos). Estas manutenções são remuneradas através da tarifa acordada no início da concessão, e, revisada anualmente, mediante reajuste ou readequação desta tarifa para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Contratos de prestação de serviços

A Companhia está presente em 137 municípios do estado de Santa Catarina com mais de 200 contratos públicos de prestação de serviços de Limpeza Urbana e 3 contratos de corte, vistoria, ligação e desligamentos de energia elétrica. Além dos contratos públicos, possui mais de 2.500 contratos privados para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde ("lixo hospitalar").

Medidas de equacionamento econômico e financeiro:

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras da controladora o capital circulante líquido negativo no montante de R\$57.830 decorrente principalmente do fluxo de pagamento de debêntures e notas comerciais descrito na nota explicativa nº22.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros será suficiente para quitar as obrigações das debêntures e demais passivos financeiros, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Além disso, historicamente a companhia vem gerando recursos suficientes para arcar com todas as suas obrigações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em um período previsível de tempo. Desta forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto se indicado de outra forma. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Empresa e pelo Conselho de Administração em 1 de junho de 2023.

2.2. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas:

Diretas:	Local da constituição e operação	Negócio	Quantidade de quotas possuídas		Participação no Capital Social (%)	
			2022	2021	2022	2021
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	57.000	57.000	100%	100%
Engeco Projetos e Construções Ltda. (i)	Brasil (SC)	Manutenção Elétrica	1.262	3.240	100%	99,05%
<u>Indiretas:</u>						
Ecotrash - Consultoria Empresarial	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	21	20	99,95%	99,95%
Conservação Limpeza e Saneamento Ltda						
T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	18.000	-	100,00%	-
Tucano Gestão Ambiental Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	153	-	100,00%	-
Continental Obras e Serviços Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	3.000	-	100,00%	-

(i) As quotas do sócio não controlador foram adquiridas pela Companhia em 31 de outubro de 2022, passando a possuir a totalidade das cotas da Empresa.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. O resultado das controladas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, Tucano Gestão Ambiental Ltda e Continental Obras e Serviços Ltda foi consolidado a partir de 1º de maio de 2022, quando ocorreu a aquisição dos investimentos.

O cálculo de equivalência patrimonial é calculado na mesma data do balanço da controladora.

Controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do controle exercido em relação à investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia determina, em cada fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão foi considerada necessária pela Administração.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, existindo destaque da participação dos sócios não controladores. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Suas controladas atuam nas seguintes atividades:

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.: atua no setor de Limpeza Urbana desde sua fundação e ingressou no setor de Saneamento em 2003, oferecendo serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e contratos de prestações de serviços.

Engeco Projetos e Construções Ltda.: atua na prestação de serviços de engenharia elétrica para a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina e empresas particulares, com destaque para: suspensão de fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento; religação; ligação nova; desligamento; desligamento para reforma; elaboração de projetos.

Continental Obras e Serviços Ltda.: localizada na cidade de Xanxerê/SC, atua no setor de Limpeza Urbana em Xanxerê e cidades próximas. Possui aterro sanitário próprio licenciado para receber resíduos inertes e orgânicos (classe II), onde faz o tratamento e disposição final dos resíduos coletados. Também presta serviços particulares de locação de caçambas para destinação final de entulhos.

T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda.: sua matriz está localizada na cidade de Maravilha/SC, atua no setor de Limpeza Urbana na cidade e região, possui 03 (três) aterros sanitários próprios licenciados para receber resíduos orgânicos (classe II), onde faz o tratamento e disposição final dos resíduos coletados.

Tucano Gestão Ambiental Ltda.: localizada em Maravilha/SC, atua na prestação de serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de saúde ("lixo hospitalar") na região centro-oeste de Santa Catarina.

As demonstrações financeiras da controladora apresentam o resultado de equivalência patrimonial decorrente do processo de incorporação e após alterações dos Contratos Sociais nas datas abaixo descritas:

- (a) Consolidação do resultado da T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., após os atos societários de aquisição ocorridos em 1º de maio de 2022, no qual sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. passa a figurar como controladora;
- (b) Consolidação do resultado da Engeco Projetos e Construções Ltda. a partir da data de incorporação do investimento em 1 de novembro de 2020.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. A demonstração dos investimentos em entidade com influência significativa é conforme segue:

<u>Nome da entidade</u>	<u>Local</u>	<u>Setor</u>	<u>Participação (ações)</u>	<u>Percentual de participação</u>
Itajaí Biogás e Energia S.A. (i)	Brasil (PR)	Energia Elétrica	1.084.500	25,00%

- (i) A Companhia possui influência significativa indireta por meio de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa nas reservas da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisão em seu passivo quando a participação da Companhia nas perdas de uma controlada ou coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, exceto em situações de extinção ou inaplicabilidade de tal obrigação da data de apresentação das demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (ii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos, quando aplicável, dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

c) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido atualizados; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor mais provável de desembolso estimado.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota e menor do que provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão, mas divulga em nota explicativa os processos de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno, menor do que possível. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda pautadas em contratos e cumprimento das obrigações de desempenho por valores considerados altamente prováveis de serem realizados pela Companhia, observando o período de competência da efetiva prestação dos serviços.

e) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida, metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

f) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

g) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

h) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Empresa ("spread" de crédito). A Companhia utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Empresa nos exercícios apresentados.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

As contas a receber da Companhia são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores (considerando a perda das controladas adquiridas) e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC48 (IFRS 9). Nos casos em que a Companhia obtiver claras evidências de que o valor não será recebido, será considerado perda efetiva (despesas gerais e administrativas na Demonstração de Resultados).

A política da Companhia para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 180 dias. O saldo vencido há mais de 180 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2022, líquidos da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a renegociações em fase de formalização e com alta probabilidade de êxito, para os quais administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o relacionamento com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Fazem parte da estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes de domicílio, e há mais de 365 dias dos clientes públicos.

No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros a prazo e somente registrado se o mesmo for relevante para as demonstrações financeiras.

4.3. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Ativo financeiro de concessão	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Adiantamento de clientes	Custo amortizado

4.3.1. Ativos Financeiros

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão, fornecedores, debêntures, empréstimos a coligadas e adiantamento a clientes.

A Companhia avaliou no final do período se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estaria deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

4.3.2. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (debêntures, empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.4. Estoques

Os estoques contemplam os materiais para revenda da controlada Engeco Projetos e Construções Ltda., e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

4.5. Intangível

Softwares e direitos de uso

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

Ativo intangível - Construções decorrentes de contratos de concessões

A Companhia reconhece seus ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização. O saldo é amortizado conforme prazo do contrato de concessão, ou vida útil, dos dois o menor.

4.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Outras Receitas (Despesas) Operacionais”.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	50
Instalações	15
Máquinas e equipamentos	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4 a 7
Equipamentos de comunicação	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo que representam adequadamente a posição no final do exercício.

4.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

4.8. Debêntures, empréstimos, notas comerciais e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Todos os contratos contemplam opções de renovação.

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (v) A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi obtida através de pesquisas de mercado, objetivando aplicar uma taxa de desconto similar ao custo financeiro de aquisição de ativos similares, caso fossem financiados.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 19 anos.

iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

4.10. Concessões

Ativo financeiro - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção, sejam eles ao longo do contrato ou ao término da concessão.

Ativo intangível - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelas receitas de serviços remunerados diretamente pelo consumidor (proprietário ou responsável pelo imóvel), sendo caracterizadas como ativo intangível em suas contabilizações. Diante das circunstâncias desses casos, a Companhia (Concessionária) reconhece o ativo intangível na medida em que a contraprestação do concessionário depende do uso da infraestrutura, assumindo o risco de demanda.

A Companhia reconhece seus ativos financeiros e intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

Modelo híbrido: os serviços em que parte do valor será subsidiada pelas prefeituras e a outra parte é paga pelo usuário, a Companhia deve caracterizar a receita pelo modelo híbrido, reconhecendo a receita subsidiada pela prefeitura como ativo financeiro e os proventos advindos dos consumidores como ativo intangível.

4.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período corrente são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.12. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia. Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros.

4.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas da Companhia. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos serviços, a Companhia e suas controladas consideram os efeitos, quando aplicado da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Receitas de locação de veículos e equipamentos

Seguindo os requisitos para reconhecimento da receita, a Companhia registra a receita de locação pelo valor justo da contraprestação a receber, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida.

b) Receitas de serviços de saneamento e limpeza urbana

A receita de prestação de serviço de saneamento é reconhecida por ocasião da prestação de cada serviço, seguindo os requisitos de reconhecimento de receita. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

c) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12/ ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível e contas a receber por direitos a faturar).

d) Remuneração de ativo financeiro

A remuneração de ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

e) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

f) Receita de vendas

A receita de vendas é proveniente das controladas Engeco Projetos e Construções Ltda, T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda e Continental Obras e Serviços Ltda. São reconhecidas no resultado na efetiva entrega, quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas.

4.14. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS AINDA NÃO EMITIDAS

As seguintes novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação das políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são muito úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

6. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

Os valores correspondentes (individual e consolidado), relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e às informações contábeis relativas à demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstrações de mutação do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa, referentes ao exercício de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1). As notas explicativas foram alteradas para corrigir valores originalmente divulgados erroneamente em 31 de dezembro de 2021 e corrigidos nessas demonstrações financeiras. Abaixo descrevemos cada um dos ajustes e apresentamos os impactos em 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Detalhamento das reclassificações

- (a) A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. realizou revisão de saldos do contas a receber e saldos provisionados para perda relacionados no ano anterior. Suas contas a receber dividem-se entre saldos a receber de órgãos públicos e cobrança direta dos usuários do serviço. A cobrança direta dos usuários divide-se entre três modelos básicos de cobranças: faturamento mensal, negociações e bloqueios judiciais. Durante o ano de 2022, a controlada realizou a revisão detalhada dos saldos registrados e identificou que saldos de negociações e bloqueios judiciais não estavam reconhecidos em seu contas a receber, bem como valores reconhecidos a título de receita financeira e outras receitas e despesas haviam sido indevidamente registrados. O erro foi corrigido e houve reapresentação de valores e das notas explicativas n 9, 30 e 31;
- (b) Durante a revisão citada no item (a), foram identificados saldos a repassar aos municípios Concedentes dos serviços de Limpeza Urbana. Esse fato ocorreu pois durante o exercício de 2021, a controlada recebeu base cadastral para cobrança direta dos serviços prestados superior ao valor do serviço aprovado pelo Poder Concedente. Esse valor, corrigido, será utilizado como crédito dos municípios e abateremos do valor dos serviços em 2024. O erro foi corrigido e houve reapresentação de valores e das notas explicativas 9, 25 e 29;
- (c) A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., reconheceu saldos de contingências ativas registradas sob os processos de nº 5006282-91.2018.4.04.7209 e 5005737-40.2021.4.04.7201, transitadas em julgado durante o exercício de 2021, as quais não haviam sido tempestivamente reconhecidas naquele exercício. O objetivo dos processos era declarar inexigibilidade da Contribuição Previdenciária e contribuição destinada a Terceiros sobre o abono assiduidade, salário-maternidade, bem como sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença. A apuração dos valores a serem compensados pela controlada foi finalizada no decorrer do exercício de 2022. O erro foi identificado e a receita e honorários de êxito devidos aos advogados foram reconhecidos no exercício de 2021, tendo ocorrido reapresentação de valores e das notas explicativas 10, 30 e 31;
- (d) Em janeiro de 2022, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento realizou faturamento de serviço de limpeza urbana para cobrança do serviço realizado na última semana do ano de 2021. Tais serviços são faturados, conforme firmado em contrato, uma semana após a prestação efetiva do serviço. No entanto, a controlada reconheceu a receita apenas nesse momento e não realizou provisão do faturamento no momento da efetiva prestação do serviço. Como consequência, a receita foi registrada apenas no exercício seguinte. Ainda com relação às receitas, foi identificado a falta de reconhecimento da provisão de tributos sobre a receita provisionada na competência. A controlada fez levantamento de receita e tributos, identificou e retificou o erro, reconhecendo a receita e os efeitos dos tributos sobre ela em 2021. As notas explicativas reapresentadas em função desse ajuste foram 9, 14 e 29;

- (e) A Companhia refletiu os ajustes mencionados acima no saldo do investimento sobre a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., após correções de erros realizadas no resultado de exercícios anteriores. Houve reapresentação da nota explicativa 17;
- (f) A Companhia revisou a prática de reconhecimento de ativos em fase de construção decorrentes dos contratos de concessão, os quais possuem relação com as rubricas de ativos de contrato e ativos financeiros de concessão, tendo identificado certos ativos que estavam originalmente reconhecidos na rubrica de ativo intangível, no entanto estas obras não se encontravam concluídas. Dessa forma, esses ativos foram reclassificados para os grupos de ativo financeiro de concessão e ativo de contrato. As notas explicativas reapresentadas em função desse ajuste foram 16, 19 e 29;
- (i) Balanço patrimonial Controladora e Consolidado - 1º de janeiro de 2021

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 1º de janeiro de 2021	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 1º de janeiro de 2021	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.272	-	2.272	35.119	-	35.119
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Clientes a Receber (a)	-	-	-	36.235	7.238	43.473
Estoques	-	-	-	79	-	79
Tributos a Recuperar	9	-	9	705	-	705
Adiantamentos	-	-	-	329	-	329
Outros Créditos	-	-	-	71	-	71
Partes Relacionadas	116	-	116	-	-	-
Ativo Financeiro de Concessão (f)	-	-	-	87	(87)	-
Total do Ativo Circulante	2.397	-	2.397	72.625	7.151	79.776
Não Circulante						
Partes Relacionadas	-	-	-	731	-	731
Depósitos Judiciais	-	-	-	2.076	-	2.076
Ativo de contrato (f)	-	-	-	-	6.796	6.796
Ativo Financeiro de Concessão	-	-	-	2.817	(2.730)	87
Total do Ativo Não Circulante	65.767	(7.238)	73.005	53.346	87	53.433
Total do Ativo	68.164	(7.238)	75.402	125.971	7.238	133.209
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	-	-	-	6.940	-	6.940
Empréstimos e Financiamentos	18.821	-	18.821	21.063	-	21.063
Obrigações Sociais	-	-	-	15.381	-	15.381
Obrigações Tributárias	13	-	13	5.380	-	5.380
Partes Relacionadas	-	-	-	1.485	-	1.485
Adiantamentos de Clientes	-	-	-	189	-	189
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	-	-	350	-	350
Outras Obrigações	-	-	-	599	-	599
Passivo de Arrendamento	-	-	-	3.119	-	3.119
Total do Passivo Circulante	18.834	-	18.834	54.506	-	54.506

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 1º de janeiro de 2021	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 1º de janeiro de 2021	Reapresentado
Passivo						
Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	10.510	-	10.510	11.495	-	11.495
Obrigações Sociais	-	-	-	95	-	95
Tributos Diferidos	-	-	-	9.523	-	9.523
Outras Obrigações	-	-	-	7.021	-	7.021
Provisão para Contingências	-	-	-	2.656	-	2.656
Passivo de Arrendamento	-	-	-	1.830	-	1.830
Total do Passivo Não Circulante	10.510	-	10.510	32.620	-	32.620
Patrimônio Líquido						
Capital Social	30.000	-	30.000	30.000	-	30.000
Reservas de Lucros (e)	1.073	7.238	8.311	1.073	7.238	8.311
Reservas de Capital	7.747	-	7.747	7.747	-	7.747
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora	38.820	7.238	46.058	38.820	7.238	46.058
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas minoritários	-	-	-	25	-	25
Total do Patrimônio Líquido	38.820	7.238	46.058	38.845	7.238	46.083
Total Passivo e Patrimônio Líquido	68.164	7.238	75.402	125.971	7.238	133.209

(ii) Balanço patrimonial Controladora e Consolidado - em 31 de dezembro de 2021

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 31/12/2021	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 31/12/2021	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	14	-	14	39.601	-	39.601
Aplicações Financeiras	37.533	-	37.533	37.533	-	37.533
Clientes a Receber (a)	-	-	-	-	-	-
(b) (d)	-	-	-	31.552	4.321	35.873
Estoques	-	-	-	79	-	79
Tributos a Recuperar (c)	229	-	229	430	6.925	7.355
Adiantamentos	-	-	-	376	-	376
Outros Créditos	-	-	-	59	-	59
Partes Relacionadas	883	-	883	-	-	-
Ativo Financeiro de Concessão	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Circulante	38.659	-	38.659	109.630	11.246	120.876
Não Circulante						
Partes Relacionadas	-	-	-	1.344	-	1.344
Depósitos Judiciais	-	-	-	2.092	-	2.092
Outros Créditos	-	-	-	5.987	-	5.987
Ativo de contrato (f)	-	-	-	-	16.702	16.702
Ativo Financeiro de Concessão (f)	-	-	-	6.515	(6.420)	95
	-	-	-	15.938	10.282	26.220

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes	Reapresentado
Ativo		31/12/2021			31/12/2021	
Investimentos em controladas e coligadas (b)	92.440	7.263	99.703	747	-	747
Propriedades para investimentos	-	-	-	409	-	409
Imobilizado	6.726	-	6.726	37.424	-	37.424
Intangível (f)	-	-	-	18.151	(10.282)	7.869
Ativo Direito de Uso	-	-	-	3.427	-	3.427
Total do Ativo Não Circulante	99.166	7.263	106.429	76.096	-	76.096
Total do Ativo	137.825	7.263	145.088	185.726	11.246	196.972
Passivo		31/12/2021			31/12/2021	
Circulante						
Fornecedores	1	-	1	7.919	-	7.919
Empréstimos e Financiamentos	7.144	-	7.144	8.827	-	8.827
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-	-	15.560	-	15.560
Obrigações Tributárias (d)	184	-	184	8.279	2.539	10.818
Partes Relacionadas	15.000	-	15.000	363	-	363
Adiantamentos de Clientes	-	-	-	271	-	271
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	1.499	-	1.499	1.850	-	1.850
Outras Obrigações (b) (c)	-	-	-	546	1.311	1.857
Passivo de Arrendamento	-	-	-	2.157	-	2.157
Total do Passivo Circulante	23.828	-	23.828	45.772	3.850	49.622
Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	49.307	-	49.307	50.626	-	50.626
Obrigações Sociais	-	-	-	19	-	19
Tributos Diferidos (d)	25	-	25	12.347	133	12.480
Outras Obrigações	-	-	-	6.675	-	6.675
Provisão para Contingências	-	-	-	3.821	-	3.821
Passivo de Arrendamento	-	-	-	1.775	-	1.775
Total do Passivo Não Circulante	49.332	-	49.332	75.263	133	75.396
Patrimônio Líquido						
Capital Social	30.002	-	30.002	30.002	-	30.002
Reservas de Lucros (e)	34.663	7.263	41.926	34.663	7.263	41.926
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora	64.665	7.263	71.928	64.665	7.263	71.928
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas minoritários	-	-	-	26	-	26
Total do Patrimônio Líquido	64.665	7.263	71.928	64.691	7.263	71.954
Total Passivo e Patrimônio Líquido	137.825	7.263	145.088	185.726	11.246	196.972

(iii) Demonstrações do resultado do exercício Controladora e Consolidado - em 31 de dezembro de 2021

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 31/12/2021	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 31/12/2021	Reapresentado
Receita Operacional Líquida (d)	550	-	550	305.946	(2.144)	303.802
Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	(94)	-	(94)	(245.175)	-	(245.175)
Lucro Operacional Bruto	456	-	456	60.771	(2.144)	58.627
Receitas (Despesas) Operacionais	39.422	25	39.447	(22.621)	3.804	(18.817)
Despesas Gerais e Administrativas (a)	(255)	-	(255)	(30.368)	(2.570)	(32.938)
Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas (a)	-	-	-	7.987	6.374	14.361
Equivalência Patrimonial (e)	39.677	25	39.702	(240)	-	(240)
Lucro Operacional	39.878	25	39.903	38.150	1.660	39.810
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras (a)	145	-	145	30.400	(3.427)	26.973
Despesas Financeiras (a) (b)	(2.204)	-	(2.204)	(11.582)	1.925	(9.657)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	37.819	25	37.844	56.968	158	57.126
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	(4)	-	(4)	(16.354)	-	(16.354)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos (d)	(25)	-	(25)	(2.823)	(133)	(2.956)
Lucro Líquido do Exercício	37.790	25	37.815	37.791	25	37.816
Atribuível a:						
Acionistas da Empresa				37.790	25	37.815
Participação dos Não Controladores				1	-	1
				37.791	25	37.816
Quantidade de ações						30.002
Lucro líquido por ação						1,26

(iv) Demonstrações dos resultados abrangentes Controladora e Consolidado - em 31 de dezembro de 2021

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes	Reapresentado 31/12/2021	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes	Reapresentado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	37.790	25	37.815	37.791	25	37.816
Resultado Abrangente Total do Exercício	37.790	25	37.815	37.791	25	37.816
Atribuído a:						
Acionistas da Empresa	37.790	25	37.815	37.790	25	37.815
Participação dos Não Controladores	-	-	-	1	-	1

(v) Demonstrações dos fluxos de caixa Controladora e Consolidado - em 31 de dezembro de 2021

	Controladora		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 31/12/2021	Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos (e)	37.819	25	37.844
Ajustes:			
Equivalência Patrimonial (e)	(39.677)	(25)	(39.702)
Depreciação e Amortização	111	-	111
Provisão de Juros sobre Empréstimos	1.728	-	1.728
Provisão de Juros sobre Partes Relacionadas	334	-	334
Varição nos ativos e passivos operacionais			
Partes Relacionadas	(282)	-	(282)
Aplicações Financeiras	(37.533)	-	(37.533)
Tributos a Recuperar	203	-	203
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio			
Recebidos	12.095	-	12.095
Fornecedores	1	-	1
Obrigações Tributárias	(94)	-	(94)
Impostos pagos	(4)	-	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(25.299)</u>	<u>-</u>	<u>(25.299)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Adições de Ativo Imobilizado	(6.837)	-	(6.837)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(6.837)</u>	<u>-</u>	<u>(6.837)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(10.182)	-	(10.182)
Captações de Empréstimos e Financiamentos	45.666	-	45.666
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(18.847)	-	(18.847)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	(1.431)	-	(1.431)
Custo de transação sobre ingressos de debêntures	4	-	4
Partes Relacionadas	14.666	-	14.666
Passivo de Arrendamento	2	-	2
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>29.878</u>	<u>-</u>	<u>29.878</u>
DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.258)</u>	<u>-</u>	<u>(2.258)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.272		2.272
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	14		14

	Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes 31/12/2021	Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos	56.968	158	57.126
Ajustes:			
Equivalência Patrimonial	240	-	240
Depreciação e Amortização	11.752	-	11.752
Valor Justo - Propriedades para Investimentos	(38)	-	(38)
Provisão para Contingências	2.161	-	2.161
Provisão de Juros sobre Outras Obrigações	969	-	969
Provisão de Juros sobre Empréstimos	2.150	-	2.150
Provisão de Juros sobre Partes Relacionadas	(50)	-	(50)
Provisão de Juros sobre Ativos de Concessão (f)	-	(366)	(366)
Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	8.289	1.862	10.151
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	368	-	368
Valor residual de Ativo Imobilizado e Intangível baixados	(246)	-	(246)
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Clientes a Receber (a) (b) (d)	(3.606)	1.055	(2.551)
Aplicações Financeiras	(37.533)	-	(37.533)
Estoques	-	-	-
Tributos a Recuperar (c)	275	(6.925)	(6.650)
Adiantamentos	(48)	-	(48)
Partes Relacionadas	(1.122)	-	(1.122)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Recebidos	-	-	-
Outros Créditos (f)	(9.585)	3.610	(5.975)
Depósitos Judiciais	(16)	-	(16)
Fornecedores	979	-	979
Obrigações Sociais	103	-	103
Obrigações Tributárias (d)	(2.008)	2.539	531
Outras Obrigações (b) (c)	(2.364)	1.311	(1.053)
Adiantamentos de Clientes	87	-	87
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Impostos pagos	(11.712)	-	(11.712)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>16.013</u>	<u>3.244</u>	<u>19.257</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Vendas de Ativo Imobilizado	506	-	506
Adições de Ativo Imobilizado	(13.360)	-	(13.360)
Adições e Baixas ao Ativo de Contrato e Intangível (f)	(8.080)	(3.244)	(11.324)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(20.934)</u>	<u>(3.244)</u>	<u>(24.178)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			

	Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Impacto dos ajustes	Reapresentado
	31/12/2021		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(10.182)	-	(10.182)
Captações de Empréstimos e Financiamentos	47.502	-	47.502
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(20.917)	-	(20.917)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	(1.844)	-	(1.844)
Custo de transação sobre ingressos de debêntures	4	-	4
Aumento de Capital Social	2	-	2
Partes Relacionadas	(563)	-	(563)
Passivo de Arrendamento	(4.599)	-	(4.599)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	9.403	-	9.403
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.482	-	4.482
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	35.119		35.119
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	39.601		39.601

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Fundo fixo	-	-	-	30	30	28
Bancos conta movimento	31	14	277	8.025	315	549
Aplicações de Liquidez Imediata	4.248	-	1.995	61.023	39.256	34.542
Total	4.279	14	2.272	69.078	39.601	35.119

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (“CDB”), fundo de investimento e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações estando a remuneração relacionada a uma variação média anual ponderada de aproximadamente 101,33% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2022 (101,62% do CDI em 31 de dezembro de 2021). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do Pronunciamento Contábil CPC 03.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Aplicações financeiras	-	37.533	-	1.038	37.533	-
Total	-	37.533	-	1.038	37.533	-

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
<u>Contas a Receber</u>			
Prefeituras/Autarquias	36.874	19.129	17.315
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	102.685	92.955	92.258
Clientes particulares	764	49	9
Total	140.323	112.133	109.582
Provisão para Perdas	(85.398)	(76.260)	(66.109)
Total	54.925	35.873	43.473

Demonstramos abaixo a abertura de contas a receber por idade de vencimento:

Aging List de Contas a Receber de Clientes	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
A Vencer até 60 dias	17.921	9.688	6.539
Vencidos de 1 a 30 dias	8.641	4.420	643
Vencidos de 31 a 180 dias	12.683	9.683	11.295
Vencidos de 181 a 365 dias	11.657	11.550	8.577
Vencidos acima de 365 dias	67.678	64.375	65.955
Total	118.580	99.716	93.009
Direitos a faturar	21.743	12.417	16.573
Total	140.323	112.133	109.582

Apresentamos a seguir a composição do total do contas a receber vencidas, líquidas das provisões para perdas:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Consolidado		
			31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Prefeituras/Autarquias	8.307	(2.704)	5.603	1.894	1.894
Particulares - cobrança direta de concessões	91.992	(82.444)	9.548	11.841	18.437
Outros clientes	360	(250)	110	33	30
	100.659	(85.398)	15.261	13.768	20.361

A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa da Companhia é a seguinte:

	Saldo inicial do exercício	Aquisições de Controlada	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Saldo final do exercício
Em 31 de dezembro de 2022	(76.260)	(328)	(18.156)	9.346	(85.398)
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	(66.109)	-	(19.834)	9.683	(76.260)

Garantias

A Empresa efetuou as seguintes cessões em garantias:

- Contas a receber das tarifas de coleta de lixo de Joinville cedidos em garantia na operação de emissão de debêntures realizada com o Banco Bradesco S.A.
- Contas a receber das tarifas de coleta de lixo do município de São José em garantia na operação de emissão de notas comerciais com o Banco Itaú S.A.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
CSRF a Recuperar	-	-	-	102	20	104
IRRF a recuperar (i)	972	107	9	1.719	191	15
Crédito judicial - INSS (ii)	-	-	-	4.088	6.928	-
Outros impostos a recuperar	125	122	-	484	216	586
Total	1.097	229	9	6.393	7.355	705

- Os saldos apresentados na controladora referem-se, substancialmente, ao imposto retido na fonte no resgate de aplicações financeiras; nas controladas, referem-se ao imposto de renda retido na fonte pelos clientes, discriminados em notas fiscais de serviço;
- Refere-se ao saldo de contingência ativa, no qual solicitamos inexigibilidade de Contribuição Previdenciária e contribuição destinada a Terceiros sobre o abono assiduidade, salário-maternidade, bem como sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença, o qual teve sentença transitada em julgado a favor da Companhia no exercício de 2021.

11. PARTES RELACIONADAS

	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Natureza da operação	Controladora			Consolidado		
				31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.			Juros sobre o capital próprio	2.299	602	116	-	-	-
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. Beta			Contas a Receber - Locação de bens móveis	350	281	-	-	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda.			Direito de Uso de Arrendamento - locação de imóveis	-	-	-	653	631	-
Itajaí Biogás e Energia S.A. (i)	Poupança		Contrato de mútuo	-	-	-	1.442	1.344	731
Total Partes Relacionadas - Ativo				2.649	883	116	2.095	1.975	731
Ativo Circulante				2.649	883	116	-	-	-
Ativo Não Circulante				-	-	-	2.095	1.975	731

	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Natureza da operação	Controladora			Consolidado		
				31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Emtuco Serviços e Participações S/A			Contratação de serviços	-	-	-	12	363	1.268
Pessoas ligadas Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (ii)			Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	217
Beta	IPCA	23/09/2023	Contrato de mútuo Passivo de	12.888	15.000	-	-	-	-
Desenvolvimento Imobiliário Ltda.			Arrendamento - locação de imóveis	-	-	-	661	635	-
Ana Augusta Gayoso Cleto Carvalhaes			Juros sobre o capital próprio	1.644	750	-	1.644	935	203
Maria Fernanda Gayoso Neves			Juros sobre o capital próprio	1.643	749	-	1.643	915	147
Total Partes Relacionadas - Passivo				<u>16.175</u>	<u>16.499</u>	<u>-</u>	<u>3.960</u>	<u>2.848</u>	<u>1.835</u>
Passivo Circulante				16.175	16.499	-	3.960	2.848	1.835
Passivo Não Circulante				-	-	-	-	-	-

(i) Em 11 de agosto de 2022 a Itajaí Biogás e Energia S.A. assinou Acordo de Acionistas que definiu em dedicar 50% do Fluxo de Caixa Livre Positivo ao pagamento da sua dívida, sendo 12,5% destinado ao pagamento da dívida com a Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

(ii) Refere-se, substancialmente, à contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., para pagamento das debêntures e notas comerciais por ela emitidas.

As transações da Companhia com partes relacionadas estão assim representadas na Demonstração de Resultados:

	Controladora			
	Provisão de juros sobre mútuos		Receita de locação de bens	Receita de locação de bens
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Emtuco Serviços e Participações S.A.	-	-	-	-
Itajaí Biogás e Energia S.A.	-	-	-	-
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	(524)	(376)	3.524	606
Engeco Projetos e Construções Ltda.	-	-	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>(524)</u>	<u>(376)</u>	<u>3.524</u>	<u>606</u>

	Consolidado					
	Provisão de juros sobre mútuos			Custo do serviço prestado - contratação de serviços		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Parte Relacionada						
Emtuco Serviços e Participações SA. (i)	-	-	-	(4.454)	(3.527)	(504)
Itajaí Biogás e Energia S.A.	166	50	1	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>166</u>	<u>50</u>	<u>1</u>	<u>(4.454)</u>	<u>(3.527)</u>	<u>(504)</u>

	Consolidado					
	Despesas financeiras - AVP			Custo do serviço prestado - depreciação de arrendamento		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
<u>Partes Relacionadas</u>						
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	(21)	(40)	-	(631)	(805)	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>(21)</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>(631)</u>	<u>(805)</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a contratação de mão de obra para operação dos serviços de Limpeza Urbana.

Demais informações sobre as transações com partes relacionadas

a) Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração com cinco integrantes e uma Diretoria Executiva com 2 integrantes.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. O pessoal-chave da administração corresponde aos quotistas e diretores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por seus serviços correspondeu ao montante consolidado de R\$ 2.859 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.078 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e R\$1.644 em 31 de dezembro de 2020).

12. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Adiantamentos a funcionários	168	199	213
Adiantamentos a fornecedores	924	177	116
Total	<u>1.092</u>	<u>376</u>	<u>329</u>
Circulante	1.092	376	329

13. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/12/2021
Créditos com terceiros	259	59	71
Precatório a receber	4.790	5.987	-
Crédito de suplementos (i)	13.037	-	-
Total	<u>18.086</u>	<u>6.046</u>	<u>71</u>
Ativo Circulante	259	59	71
Ativo Não Circulante	17.827	5.987	-

(i) Créditos de suplementos

A controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. assinou no dia 20 de abril de 2022 o 8º Termo Aditivo ao Contrato 378/2022 - Contrato de Concessão com o Município de Joinville. O Termo Aditivo determinou cronograma financeiro para quitação dos valores de suplementos, que representam a parte dos serviços remunerados pelo município. O suplemento gerado durante o exercício de 2022 será quitado após o 5º (quinto) ano da renovação do contrato. Ademais, valores gerados nos próximos anos seguirão o mesmo fluxo. O valor de receita de suplemento a receber apurado no ano de 2022 é de R\$13.037.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Composição dos impostos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
<u>Ativo fiscal diferido</u>						
Diferenças temporárias	-	-	-	17.892	6.133	1.727
<u>Passivo fiscal diferido</u>						
Imobilizado - Custo Atribuído	-	-	-	(937)	(937)	(937)
Imobilizado - Revisão da Vida Útil	(239)	(25)	-	(5.773)	(3.299)	(2.967)
Ativo Intangível e Financeiro -						
Construções de Concessões	-	-	-	(25.646)	(7.427)	(2.166)
Receita sobre Precatórios	-	-	-	(1.628)	(2.036)	-
Receitas Diferidas (i)	-	-	-	(9.962)	(4.843)	(5.123)
Ágio gerado em aquisições de investimentos	-	-	-	3.403	-	-
Propriedades para Investimento - Valor Justo	(71)	-	-	(71)	(71)	(57)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	<u>(310)</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>(22.722)</u>	<u>(12.480)</u>	<u>(9.523)</u>

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

b) Reconciliação da Alíquota Nominal com a Taxa Efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2020 (reapresentado)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	39.758	37.844	(1.345)
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(13.518)	(12.867)	457

	Controladora		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>31/12/2020</u> (reapresentado)
Efeito das adições (exclusões)	13.306	12.838	(482)
Equivalência patrimonial	16.735	13.499	(435)
Juros sobre o Capital Próprio	(521)	(360)	(47)
Prejuízo fiscal	(2.908)	(301)	-
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(212)	(29)	(18)
Composição do IR e da CS:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(4)	(18)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(212)	(25)	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(212)</u>	<u>(29)</u>	<u>(18)</u>
Alíquota efetiva	-1%	0%	1%
	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>31/12/2020</u> (reapresentado)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	63.851	57.126	(115)
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(21.709)	(19.423)	46
Efeito das adições (exclusões)	(2.596)	113	(1.292)
Equivalência patrimonial	(202)	(82)	32
Juros sobre o Capital Próprio	1.315	600	(46)
Diferença de alíquota em controladas tributadas pelo lucro presumido	(446)	-	-
Prejuízo fiscal	(2.908)	(323)	-
Outros	(355)	(82)	(1.278)
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(24.305)	(19.310)	(1.246)
Composição do IR e da CS:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.005)	(16.354)	(1.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.300)	(2.956)	370
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(24.305)</u>	<u>(19.310)</u>	<u>(1.246)</u>
Alíquota efetiva	-38%	-34%	1083%

15. ATIVO DE CONTRATO

	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
Ativo de contrato (i)	63.217	16.702	6.793
Total	<u>63.217</u>	<u>16.702</u>	<u>6.793</u>
Não Circulante	63.217	16.702	6.793

- (i) No processo de renovação da sua concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - composto biossintético industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador. A receita reconhecida referente esta obra totaliza o montante de R\$ 32.552.

Até 31 de dezembro de 2022 foram efetuados pagamentos no montante de R\$22.286 ao fornecedor responsável pela construção do equipamento, restando o montante de R\$18.234 a ser pago pela Companhia à medida que cada etapa da evolução do projeto for comprovada através de medição.

A incorporação desse ativo ao intangível da Companhia ocorrerá quando o mesmo for finalizado, sendo que essa linha de produção não gerará incremento na tarifa cobrada pela Companhia.

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	Consolidado	
	<u>Obras de construção em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	6.793	6.793
Adições	10.780	10.780
Juros	358	358
Transferências	<u>(1.229)</u>	<u>(1.229)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>16.702</u>	<u>16.702</u>
Adições	55.048	55.048
Juros	925	925
Transferências	<u>(9.458)</u>	<u>(9.458)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>63.217</u>	<u>63.217</u>

16. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

	<u>Contratos de Concessão</u>		
Saldo em 1º de janeiro de 2021			87
(+) Aumento			-
(+) Juros			8
Saldo em 31 de Dezembro de 2021			<u>95</u>
(+) Aumento			3.974
(+) Juros			9
Saldo em 31 de Dezembro de 2022			<u><u>4.078</u></u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
Circulante	165	-	
Não Circulante	<u>3.913</u>	<u>95</u>	<u>87</u>
Total	<u><u>4.078</u></u>	<u><u>95</u></u>	<u><u>87</u></u>

O ativo financeiro é representado pelo direito de faturar receitas decorrentes de construções relacionadas aos contratos de concessões públicas. A amortização do saldo ocorre após a conclusão das obras e, conseqüentemente, o recebimento da contrapartida do cliente.

- O saldo mantido no circulante refere-se à Ampliação da 3ª Etapa, 2ª Fase realizada no Aterro Sanitário de Itajaí, finalizada em dezembro/2022. Em janeiro/23, o ativo iniciará amortização.

17. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)
<u>Empresas Controladas - Diretas</u>						
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	251.992	96.983	70.368	-	-	-
Engeco Projetos e Construções Ltda (i)	690	2.720	2.637	-	-	-
<u>Empresas Coligadas - Indiretas (Influência Significativa)</u>						
Itajaí Biogás e Energia S.A.	-	-	-	84	747	987
Investimentos em cooperativas	-	-	-	323	-	-
Total Investimentos	<u>252.682</u>	<u>99.703</u>	<u>73.005</u>	<u>407</u>	<u>747</u>	<u>987</u>

(i) A Companhia adquiriu a participação dos acionistas não controladores em 31 de outubro de 2022;

b) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Saldo Inicial	Movimentações Societárias	Adições (i)	Transações de Capital	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo Final
Controladas (Diretas)							
Engeco Projetos e Construções Ltda	-	2.436	-	-	-	202	2.639
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	-	-	57.000	14.985	(135)	(1.482)	70.366
Em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	-	2.436	57.000	14.985	(135)	(1.280)	73.005
Controladas (Diretas)							
Engeco Projetos e Construções Ltda.	2.637	-	-	-	-	82	2.720
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	70.368	-	-	-	(13.003)	39.620	96.983
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	73.005	-	-	-	(13.003)	39.702	99.703
Controladas (Diretas)							
Engeco Projetos e Construções Ltda.	2.720	(2.008)	-	21	-	(42)	690
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda (i)	96.983	70	121.000	-	(15.323)	49.262	251.992
Em 31 de dezembro de 2022	99.703	(1.938)	121.000	21	(15.323)	49.220	252.682

(i) A Companhia incorporou durante o exercício de 2022 ao Patrimônio Líquido da Empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 121.000, convertido em capital social no segundo trimestre de 2023;

c) Movimentação dos investimentos - Consolidado

	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
<u>Cooperativas</u>			
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
<u>Cotas de Capital - Banco Cooperativo SICOOB (i)</u>	-	323	323
Em 31 de dezembro de 2022	-	323	323

i) Investimentos decorrentes da aquisição das empresas do Grupo Tucano, sendo que as cotas de capital são oriundas daquelas empresas.

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo Final</u>
<u>Influência significativa</u>			
Itajaí Biogás (i)	892	95	987
Em 1º de janeiro de 2021	<u>892</u>	<u>95</u>	<u>987</u>
<u>Influência significativa</u>			
Itajaí Biogás (i)	987	(240)	747
Em 31 de dezembro de 2021	<u>987</u>	<u>(240)</u>	<u>747</u>
<u>Influência significativa</u>			
Itajaí Biogás (i)	747	(663)	84
Em 31 de dezembro de 2022	<u>747</u>	<u>(663)</u>	<u>84</u>

- (i) Refere-se à participação da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda, a qual representa uma coligada pois a controlada não possui controle sobre a Itajaí Biogás. O percentual de participação passou de 20% para 25% após participação cindida por sua coligada Engeco Projetos e Construções Ltda.

d) Resumo das Informações Financeiras de Controladas

Os quadros abaixo apresentam resumos das informações financeiras das controladas:

	1º de janeiro de 2021									Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro bruto	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento			
Controladas Diretas												
Engeco Projetos e Construções Ltda	99,05%	2.403	584	1.819	945	101	844	2.663	2.637	874	137	203
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	100,00%	75.180	35.204	39.976	52.401	22.009	30.392	70.368	70.368	23.878	6.092	(1.481)
									<u>73.005</u>			

Investimento em controladas em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)

	2021									Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro (Prejuízo) bruto	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento			
Controladas Diretas												
Engeco Projetos e Construções Ltda	99,05%	3.263	1.032	2.231	798	283	515	2.746	2.720	6.215	1.125	84
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	100,00%	79.855	43.141	36.714	86.028	25.782	60.246	96.960	96.983	297.934	57.066	39.620
									<u>99.703</u>			

Investimento em controladas em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)

	2022									Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro (Prejuízo) bruto	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento			
Controladas Diretas												
Engeco Projetos e Construções Ltda	100,00%	1.742	789	953	150	408	(258)	695	690	6.528	956	(43)
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda	100,00%	138.852	81.631	57.221	289.868	95.147	194.721	251.942	251.992	417.048	91.434	49.262
									<u>252.682</u>			

Investimento em controladas em 31 de dezembro de 2022.

18. IMOBILIZADO

	Controladora		
	Veículos (b)	Imobilizado em Andamento (c)	Total
Taxas de depreciação a.a.	14 a 25%		
Custo	-	-	-
Depreciação Acumulada	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Adições	6.837	-	6.837
Depreciação	(111)	-	(111)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.726	-	6.726
Custo	6.837	-	6.837
Depreciação Acumulada	(111)	-	(111)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.726	-	6.726
Adições	1.323	8.728	10.051
Depreciação	(941)	-	(941)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.108	8.728	15.836
Custo	8.160	8.728	16.888
Depreciação Acumulada	(1.052)	-	(1.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.108	8.728	15.836

- (a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em, 31 de dezembro de 2022, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional e não apresentam qualquer ociosidade.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022 os veículos adquiridos através de Financiamentos são garantia que suportam os respectivos contratos.
- (c) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de veículos para a operação da Companhia, que ainda não entraram em operação.

	Consolidado										
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento	Mais valia Imobilizado (c)	Total
Taxas de depreciação a.a.		2%	6,66%	5 a 10%	10%	20%	14 a 25%	20%			
Custo	7.731	-	489	4.601	1.056	1.320	47.891	81	259	-	63.428
Depreciação Acumulada	-	-	(189)	(2.410)	(651)	(982)	(30.075)	(74)	-	-	(34.381)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	7.731	-	300	2.191	405	338	17.816	7	259	-	29.047
Adições	-	-	33	665	57	207	9.682	-	2.716	-	13.360
Baixas	-	-	(23)	(225)	(36)	(110)	(1.962)	(4)	(25)	-	(2.385)
Transferências	-	-	94	24	3	14	1.210	-	(1.345)	-	-
Depreciação	-	-	(86)	(357)	(86)	(134)	(4.056)	(4)	-	-	(4.723)
Baixas da Depreciação	-	-	16	138	31	93	1.844	3	-	-	2.125
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.731	-	334	2.436	374	408	24.534	2	1.605	-	37.424
Custo	7.731	-	593	5.065	1.080	1.431	56.821	76	1.605	-	74.402
Depreciação Acumulada	-	-	(259)	(2.629)	(706)	(1.023)	(32.287)	(74)	-	-	(36.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.731	-	334	2.436	374	408	24.534	2	1.605	-	37.424
Adições	1.774	-	25	4.277	37	445	1.581	-	21.617	-	29.756
Baixas	(150)	-	(5)	(1.487)	(33)	(127)	(3.572)	(10)	(39)	-	(5.423)
Transferências	-	-	291	597	3	129	12.774	-	(13.794)	-	-
Aquisições de empresas (Custo)	1.755	651	2.866	18.873	370	245	25.870	-	322	27.092	78.044
Depreciação	-	(21)	(470)	(1.489)	(90)	(212)	(6.974)	(2)	-	(2.569)	(11.827)
Baixas da Depreciação	-	-	3	990	29	120	3.113	10	-	-	4.265
Aquisições de empresas (Depreciação)	-	(80)	(1.019)	(8.216)	(239)	(152)	(12.465)	-	-	-	(22.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.110	550	2.025	15.981	451	856	44.861	-	9.711	24.523	110.068
Custo	11.110	651	3.770	27.325	1.457	2.123	93.474	66	9.711	27.092	176.779
Depreciação Acumulada	-	(101)	(1.745)	(11.344)	(1.006)	(1.267)	(48.613)	(66)	-	(2.569)	(66.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.110	550	2.025	15.981	451	856	44.861	-	9.711	24.523	110.068

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2022 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional e não apresentam qualquer ociosidade.

(b) Em 31 de dezembro de 2022 os veículos adquiridos através de Financiamento são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) A mais valia refere-se ao valor justo sobre o imobilizado do grupo Tucano adquirido durante o ano de 2022.

19. INTANGÍVEL

	Consolidado									
	Software	Aterro Sanitário	Contentores Subterrâneos	Outros (b)	Intangível em andamento (a)	Contratos de Concessão (c)	Mais valia Licenças de operação dos aterros sanitários (d)	Mais valia Relacionamento com clientes (d)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	20%	20%	5%	-	-	-	-	-	-	-
Custo	613	1.470	1.221	460	-	6.091	-	-	-	9.855
Amortização Acumulada	(269)	(438)	(82)	(9)	-	-	-	-	-	(798)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	344	1.032	1.139	451	-	6.091	-	-	-	9.057
Adições	14	-	-	-	530	1.229	-	-	-	1.773
Baixas	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(97)	(469)	(95)	(27)	-	(2.273)	-	-	-	(2.961)
Baixas Amortização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021	261	563	1.044	424	530	5.047	-	-	-	7.869
Custo	626	1.470	1.221	460	530	7.320	-	-	-	11.627
Amortização Acumulada	(365)	(907)	(177)	(36)	-	(2.273)	-	-	-	(3.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	261	563	1.044	424	530	5.047	-	-	-	7.869
Adições	32	-	-	49	1.319	5.485	48.500	25.422	23.590	104.397
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	42	-	-	-	(42)	-	-	-	-	-
Amortização	(100)	(418)	(95)	(28)	-	(2.396)	(3.392)	(4.048)	-	(10.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235	145	949	445	1.807	8.136	45.108	21.374	23.590	101.789
Custo	700	1.470	1.221	509	1.807	12.805	48.500	25.422	23.590	116.024
Amortização Acumulada	(465)	(1.325)	(272)	(64)	-	(4.669)	(3.392)	(4.048)	-	(14.235)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235	145	949	445	1.807	8.136	45.108	21.374	23.590	101.789

- (a) O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional e não apresentam qualquer ociosidade.
- (b) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.
- (c) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão. A amortização é iniciada após conclusão da obra. Em 2020 foram finalizadas duas obras que iniciaram a amortização no mês de janeiro de 2021. Em 2021 outras quatro obras foram encerradas e iniciaram a amortização em 2022.
- (d) Ágios oriundos de aquisição de investimentos ocorridos durante o ano de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e serão testados a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.

20. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 42 contratos de arrendamentos de máquinas e equipamentos e imóveis, os quais são utilizados em suas operações. Os prazos contratuais variam de 1 a 5 anos. A taxa utilizada para cálculo do valor presente foi de 1,1375%, considerada como taxa de captação de recursos no mercado.

a) Direito de Uso de Ativos

	Consolidado		
	Imóveis	Máquinas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	891	3.390	4.281
Adições	3.214	-	3.214
Depreciação	(2.304)	(1.764)	(4.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.801	1.626	3.427
Adições	2.328	1.578	3.906
Depreciação	(2.470)	(2.231)	(4.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.659	973	2.632
Custo	13.612	6.740	20.352
Depreciação	(11.953)	(5.767)	(17.720)
Saldo Líquido Contábil	1.659	973	2.632

b) Passivo de Arrendamento

	Consolidado		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.321	(372)	4.949
Adições	3.377	(163)	3.214
Realização em 2021	(4.599)	368	(4.231)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.099	(167)	3.932
Adições	4.140	(276)	3.864
Realização em 2022	(5.342)	282	(5.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.897	(161)	2.736
Parcela Circulante	2.848	(159)	2.689
Parcela Não Circulante	49	(2)	47
Total	2.897	(161)	2.736

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Consolidado		
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
2023	1.788	1.060	2.848
2024	49	-	49
	<u>1.837</u>	<u>1.060</u>	<u>2.897</u>

d) Efeitos no resultado

	Consolidado		
	2022	2021	2021
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	(4.701)	(4.068)	(251)
Despesas de juros sobre passivos de arrendamentos	(282)	(368)	(32)
Despesas relativas a arrendamentos de ativos de baixo valor	(2.657)	(20)	(31)
Total reconhecido no resultado	<u>(7.640)</u>	<u>(4.456)</u>	<u>(314)</u>

e) Movimentações de arrendamentos com partes relacionadas

	Consolidado			
	Direito de Uso	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Passivo Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-	-	-
Adições 2021	1.436	1.497	(61)	1.436
Baixas 2021	(805)	(841)	40	(801)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>631</u>	<u>656</u>	<u>(21)</u>	<u>635</u>
Adições 2022	784	843	(59)	784
Baixas 2022	(762)	(796)	38	(758)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>653</u>	<u>703</u>	<u>(42)</u>	<u>661</u>

21. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Fornecedores Nacionais	-	1	-	12.110	7.919	6.940
Total	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>12.110</u>	<u>7.919</u>	<u>6.940</u>

A análise de vencimentos de fornecedores está apresentada a seguir:

Aging List de Fornecedores	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
A vencer de 181 a 365 dias	-	-	-	-	1	141
A vencer de 31 a 180 dias	-	-	-	440	938	271
A vencer até 30 dias	-	1	-	11.390	6.903	6.526
Vencidos até 365 dias	-	-	-	280	77	2
Total	-	1	-	12.110	7.919	6.940

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Composição

Modalidade e encargos financeiros	Vencimentos	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Circulante							
Capital de giro							
CDI + 1,81% a.a.	abr/2019 a set/2024	3.838	3.843	3.821	3.838	3.843	3.821
CDI + 3,94% a.a.	jan/2021 a dez/2021	-	-	15.000	-	-	15.000
CDI + 3,16% a.a.	ago/2021 a ago/2026	404	430	-	404	430	-
CDI + 3,18% a.a.	out/2021 a set/2026	754	684	-	754	684	-
CDI + 3,19% a.a.	jun/2022 a nov/2026	112	71	-	112	71	-
CDI + 3,16% a.a.	jun/2022 a nov/2026	236	149	-	236	149	-
CDI + 3,41% a.a.	mar/2021 a mar/2026	-	-	-	169	169	-
CDI + 4,19% a.a.	jun/2021 a jun/2026	-	-	-	255	273	-
CDI + 3,17% a.a.	ago/2022 a jan/2027	214	-	-	214	-	-
CDI + 3,17% a.a.	set/2022 a fev/2027	61	-	-	61	-	-
CDI + 3,00% a.a.	jan/23	25.264	-	-	25.264	-	-
Selic + 2,65% a.a.	jul/2023 a dez/2027	226	-	-	226	-	-
Selic + 2,65% a.a.	jul/2023 a dez/2027	300	-	-	300	-	-
Selic + 2,75% a.a.	jul/2023 a dez/2027	115	-	-	115	-	-
Selic + 2,75% a.a.	jul/2023 a dez/2027	37	-	-	37	-	-
Selic + 2,75% a.a.	jul/2023 a dez/2027	384	-	-	384	-	-
CDI + 3,12% a.a.	fev/2022 a fev/2027	-	-	-	126	-	-
CDI + 2,52% a.a.	mar/2022 a mar/2027	-	-	-	802	-	-
CDI + 2,40% a.a.	mai/2022 a mai/2027	-	-	-	415	-	-
Debêntures - 1ª emissão							
CDI + 2,50% a.a. - 1ª série	dez/2022 a dez/2027	7.743	1.967	-	7.743	1.967	-
CDI + 2,50% a.a. - 2ª série	dez/2022 a dez/2027	7.864	-	-	7.864	-	-
Nota Comercial							
CDI + 2,45% a.a.	dez/2023 a set/2028	1.824	-	-	1.824	-	-
Finame							
TJLP + 4,56% a.a.	nov/2017 a ago/2022	-	-	-	-	1.241	2.242
Total Circulante		49.376	7.144	18.821	51.143	8.827	21.063

Modalidade e encargos financeiros	Vencimentos	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Não Circulante							
Capital de giro							
CDI + 1,81% a.a.	abr/2019 a set/2024	2.867	6.688	10.510	2.866	6.688	10.510
CDI + 3,16% a.a.	ago/2021 a ago/2026	1.065	1.431	-	1.065	1.431	-
CDI + 3,18% a.a.	out/2021 a set/2026	1.749	2.491	-	1.749	2.491	-
CDI + 3,19% a.a.	jun/2022 a nov/2026	312	419	-	312	419	-
CDI + 3,16% a.a.	jun/2022 a nov/2026	686	922	-	686	922	-
CDI + 3,41% a.a.	mar/21 a mar/26	-	-	-	366	528	-
CDI + 4,19% a.a.	jun/2021 a jun/2026	-	-	-	541	790	-
CDI + 3,17% a.a.	ago/2022 a jan/2027	635	-	-	635	-	-
CDI + 3,17% a.a.	set/2022 a fev/2027	185	-	-	185	-	-
Selic + 2,65% a.a.	jul/2023 a dez/2027	1.636	-	-	1.636	-	-
Selic + 2,65% a.a.	jul/2023 a dez/2027	2.173	-	-	2.173	-	-
Selic + 2,75% a.a.	jul/2023 a dez/2027	813	-	-	813	-	-
Selic + 2,75% a.a.	jul/2023 a dez/2027	271	-	-	271	-	-
Selic + 2,75% a.a.	jul/2023 a dez/2027	2.862	-	-	2.862	-	-
CDI + 3,12% a.a.	fev/2022 a fev/2027	-	-	-	383	-	-
CDI + 2,52% a.a.	mar/22 a mar/27	-	-	-	2.600	-	-
CDI + 2,40% a.a.	mai/22 a mai/27	-	-	-	1.384	-	-
Debêntures - 1ª emissão							
CDI + 2,50% a.a. - 1ª série	dez/2022 a dez/2027	29.857	37.356	-	29.857	37.357	-
CDI + 2,50% a.a. - 2ª série	dez/2022 a dez/2027	30.476	-	-	30.476	-	-
Finame							
TJLP + 4,56% a.a.	nov/2017 a ago/2022	-	-	-	-	-	985
Nota Comercial							
CDI + 2,45% a.a.	dez/2023 a set/2028	37.518	-	-	37.518	-	-
Total do Não Circulante		113.105	49.307	10.510	118.378	50.626	11.495
Total de Empréstimos e financiamentos							
		162.481	56.451	29.331	169.521	59.453	32.558

Emissões de Debêntures

1ª Emissão de Debêntures Simples

Em 14 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures Simples, no valor de R\$ 40 milhões para a 1ª série, não conversíveis em ações com esforços restritos da Companhia, com garantia fidejussória. A 2ª série da emissão no valor de R\$ 40.000 foi liquidada em 15 de junho de 2022.

As debêntures serão amortizadas em parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela paga em dezembro de 2022 e a última parcela devida em dezembro de 2027, ou seja, 6 (seis) anos contados da data de emissão.

Sobre o valor nominal das Debêntures incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread de 2,5% ao ano, base de 252 dias úteis.

Possui *covenants* financeiros vinculados ao índice de endividamento - calculado pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA - bem como *covenants* não financeiros, ambos acompanhados periodicamente pela Companhia, os quais estão sendo cumpridos.

Emissão de Nota Comercial

Em 28 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos sob o regime de garantia firme de colocação, no valor total de R\$ 40.000.

Os recursos líquidos captados serão destinados para investimentos de capital (*capex*) no âmbito dos contratos de concessão; realização de potenciais aquisições de empresas e reforço do capital de giro.

Possui garantia fidejussória, na forma de aval, e garantia real, na forma de cessão fiduciária.

A Nota Comercial será amortizada em 20 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro de 2023 e a última em setembro de 2028. A remuneração incidirá sobre o valor unitário das Notas Comerciais e será correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de *spread* de 2,45% ao ano, base 252 dias úteis. O pagamento das remunerações iniciou em dezembro de 2022 e será paga trimestralmente até o vencimento.

b) Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Saldo no início do exercício	56.451	29.331	-	59.453	32.558	18.611
(+) Transferência de acervo líquido - Cisão	-	-	14.968	5.894	-	14.968
(+) Adição de principal	115.048	45.666	15.000	121.016	47.502	15.000
(+) Adição de juros	12.718	1.728	54	14.088	2.150	253
(-) Amortização de principal	(8.972)	(18.847)	(638)	(16.817)	(20.917)	(15.834)
(-) Amortização de juros	(12.230)	(1.431)	(53)	(13.579)	(1.844)	(440)
(+) Custo de transação	(534)	4	-	(534)	4	-
Saldo no final do exercício	<u>162.481</u>	<u>56.451</u>	<u>29.331</u>	<u>169.521</u>	<u>59.453</u>	<u>32.558</u>

c) Prazo de Vencimento

O montante classificado como empréstimos e financiamentos tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
2021	-	-	18.821	-	-	21.063
2022	-	7.144	3.822	-	8.827	4.807
2023	49.376	12.818	3.822	51.143	13.230	3.822
2024	30.813	11.818	2.866	32.531	12.211	2.866
2025	24.628	8.911	-	26.328	9.285	-
2026	26.460	8.537	-	27.926	8.677	-
2027	25.204	7.223	-	25.593	7.223	-
2028	6.000	-	-	6.000	-	-
	<u>162.481</u>	<u>56.451</u>	<u>29.331</u>	<u>169.521</u>	<u>59.453</u>	<u>32.558</u>

d) Garantias

As garantias dos contratos estão descritas a seguir:

- Finames (financiamentos de veículos e equipamentos): (a) alienação fiduciária dos veículos adquiridos; (b) aval corporativo de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

- Cédula de Crédito Bancário (aquisição de veículos): (a) alienação fiduciária dos veículos adquiridos; (b) aval corporativo de sua controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
- Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro: (a) aval corporativo da subsidiária da Companhia (Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda); (b) recebíveis.
- Debêntures: (a) aval corporativo da subsidiária da Companhia (Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda), Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding; (b) cessão fiduciária de 200% dos recebíveis oriundos do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Prefeitura de Joinville/SC e conta reserva por onde transitam; (c) cessão fiduciária da conta por onde transmitam pagamentos de dividendos devidos.
- Nota Comercial: (a) aval corporativo da subsidiária da Companhia (Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda), Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Prefeitura de São José/SC e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31/12/2022
Debêntures - 1ª emissão	Consolidado: Dívida líquida / Ebtida \leq 3 Consolidado: (Dívida líquida + Dívida com <i>sellers</i>) / Ebtida \leq 3,75	1,18
Nota Comercial		2,06
Nota Comercial	Consolidado: Dívida líquida/Ebtida \leq 3	1,18

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures e nota comercial firmados são apurados anualmente conforme estabelecido nos contratos firmados pela Companhia e estão sendo cumpridos.

Os compromissos não financeiros estão sendo cumpridos. Apresentamos os principais:

- Debêntures: utilização do recurso para aquisição de target em até 12 meses da liquidação da segunda série e Negative Pledge para as quotas da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento.
- Notas comerciais: distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), dividendos e mútuos limitados a 35% do lucro líquido anual, Negative Pledge de aval pessoal dos sócios em favor de terceiros e manutenção de auditoria de 1ª linha (Big Four) durante toda a vigência da operação.

23. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
Salários e Ordenados a pagar	7.038	4.474	4.166
Encargos sobre a Folha a recolher	2.606	2.505	2.316
Provisão Férias	8.896	6.140	6.325
Encargos sobre Férias	3.420	2.325	2.454
Outros	1.642	135	215
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	<u>23.602</u>	<u>15.579</u>	<u>15.476</u>
Circulante	23.144	15.560	15.381
Não circulante	458	19	95

24. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>31/12/2022</u> (reapresentado)
PIS a recolher	27	4	1	498	297	290
COFINS a recolher	127	18	5	2.311	1.394	1.372
PIS a pagar sobre diferidos (i)	-	-	-	690	407	134
COFINS a pagar sobre diferidos (i)	-	-	-	3.178	1.875	617
ISS sobre faturamento a recolher	-	-	-	2.227	1.289	494
CSLL a recolher	-	-	7	1.390	1.433	570
IRPJ a recolher	-	-	-	2.904	3.511	1.445
Outros	150	162	-	768	612	458
Total Circulante	<u>304</u>	<u>184</u>	<u>13</u>	<u>13.966</u>	<u>10.818</u>	<u>5.380</u>

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)
Aquisição de imóveis (a)	546	345	346
Indenizações a terceiros a pagar (b)	1.439	-	53
Aquisição de investimentos (c)	20.182	-	-
Valores a repassar ao Poder Concedente	648	603	-
Outras contas a pagar	520	909	200
Total Circulante	<u>23.335</u>	<u>1.857</u>	<u>599</u>
Aquisição de investimentos (c)	55.682	-	-
Aquisição de imóveis (a)	6.326	6.675	7.021
Total Não Circulante	<u>62.008</u>	<u>6.675</u>	<u>7.021</u>

a) Obrigações a pagar a terceiros - aquisição de imóveis

Saldos em 1º de janeiro de 2021	7.566
Pagamentos	(415)
Atualização monetária	70
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>7.221</u>
Pagamentos	(460)
Atualização monetária	111
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>6.872</u></u>

- Os saldos mantidos referem-se, substancialmente, a contratos de aquisições de imóveis, transferidos a terceiro a título de indenização trabalhista.
- O saldo possui cronograma de vencimento até 2046, com remuneração atualizada anualmente pela variação dos índices INPC, IPCA e IGPM no período.

b) Obrigações a pagar a terceiros - indenizações

Nos dias 31 de março de 2022 e 17 de junho de 2022, a controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda firmou Termos de Ajuste de Conduta com o Ministério Público de Santa Catarina, encerrando os Inquéritos Civis nºs 06.2020.00002447-7, 06.2020.0004612-7 e 06.2017.00007183-0, sendo que os acordos foram Firmados nos valores de R\$ 500 a ser pago em 12 parcelas mensais e iguais e R\$ 2.819 a ser pago em 10 parcelas mensais e iguais, sendo as 4 primeiras pagas durante o exercício de 2022.

c) Aquisição de investimentos

Conforme detalhado na nota 1, em 30 de abril a Empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda concluiu a aquisição da totalidade das quotas das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda, Tucano Gestão Ambiental Ltda e Continental Obras e Serviços Ltda., em conjunto denominadas "Grupo Tucano".

O valor da negociação foi firmado da seguinte forma:

Fluxo de pagamentos	T.O.S.	TGA	Continental	Totais
Preço de aquisição	100.000	20.000	30.000	150.000
Pagamento realizado na data da transação	(53.333)	(10.667)	(16.000)	(80.000)
Ajuste de preço da transação	(1.507)	687	502	(318)
Atualização monetária	<u>4.121</u>	<u>824</u>	<u>1.237</u>	<u>6.182</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>49.281</u></u>	<u><u>10.844</u></u>	<u><u>15.739</u></u>	<u><u>75.864</u></u>

O cronograma de pagamento da dívida decorrente da aquisição está demonstrado abaixo:

2023	20.182
2024	14.000
2025	14.000
2026	14.000
2027	<u>13.682</u>
Total	<u><u>75.864</u></u>

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia anualmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram as seguintes:

	Consolidado		
	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Total
Em 1º de janeiro de 2021	1.751	905	2.656
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	2.619	888	3.507
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.000)	(346)	(1.346)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(602)	(394)	(996)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.768</u>	<u>1.053</u>	<u>3.821</u>
(+) Transferência de acervo líquido - Aquisição de Investimento (nota 1)	-	1.945	1.945
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.167	1.208	2.375
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(22)	(27)	(49)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(1.238)	(1.497)	(2.735)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>2.675</u>	<u>2.682</u>	<u>5.357</u>

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do grupo são rés e para as quais a classificação de perda é provável.

Riscos cíveis: As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por usuários do serviço da Companhia.

Riscos trabalhistas e previdenciários: Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

Abaixo demonstramos o detalhamento dos saldos de depósitos judiciais:

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Cíveis	652	773	829
Trabalhista e previdenciário	429	414	1.057
Tributário	532	905	190
Total	<u>1.613</u>	<u>2.092</u>	<u>2.076</u>

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo demonstramos a composição:

	Consolidado			
	Reclamações cíveis (i)	Trabalhistas	Tributária (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2022	14.660	2.916	3.207	20.783

(i) Cíveis

- Ações indenizatórias referentes a acidentes de trânsito que representam o valor atualizado/estimado de R\$3.184 (uma delas representa R\$1.246 em 31 de dezembro de 2022);
- Ação indenizatória referente a danos ambientais, materiais e morais, relacionada ao aterro sanitário localizado no município de Erval Velho/SC, que representa valor estimado de R\$8.000.

(ii) Tributário

- Ação civil pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina para discutir contrato de concessão; que o serviço deve ser cobrado por meio de taxa e não de tarifa; e que a Companhia não pode cobrar dos condomínios o serviço. A sentença julgou parcialmente procedente a ação e, desde então, foram interpostos recursos e, atualmente, o processo está aguardando remessa ao Superior Tribunal de Justiça, tendo ocorrido a última atualização em 22 de junho de 2022. O valor possível de perda da causa estimada pelos assessores jurídicos é de R\$2.764.

Contingências ativas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a controlada Ambiental Limpeza Urbana teve ação transitada em julgado movida contra a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú na qual a Companhia pleiteava valores decorrentes da prestação de serviços no ano de 1998 e não repassados pelo município. O montante total a qual a Empresa irá receber é de R\$7.031, sendo que foram recebidos R\$ 1.044 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 1.197 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, perfazendo o saldo de R\$ 4.790 registrado na rubrica de Outros Créditos a Receber.

A controlada também teve ações julgadas procedentes, de modo a determinar a não incidência da contribuição previdenciária (cota patronal e SAT) e, a contribuição destinada à Terceiros (outras entidade e fundos) sobre os valores pagos a título de salário maternidade e sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença (previdenciário e acidentário) e incidentes sobre o abono assiduidade. As ações transitaram em julgado no exercício de 2021 e os efeitos não haviam sido registrados tempestivamente e, por esse motivo, seus efeitos estão sendo reapresentados. Dessa forma a Companhia registrou o montante de R\$ 7.258 no exercício de 2021, na rubrica de Tributos a Recuperar, sendo que o montante de R\$ 3.092 foi recuperado durante o exercício de 2022.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Companhia não possui ações em tesouraria, pagamento baseado em ações ou qualquer instrumento financeiro com possibilidade de conversibilidade em ação.

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$30.002 (R\$30.000 em 1º de janeiro de 2021), divididos em 30.002.000 (trinta milhões e duas mil) de ações com valor unitário de R\$1 (um real) cada uma.

Dessa forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2022 é composto de 30.002.000 ações, sendo 20.002.000 (vinte milhões e duas mil) ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe A, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, e 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe B, nominativas e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma. As ações preferenciais classe A e B não possuem direito a voto.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros totais da Companhia excederam o montante do Capital Social, dessa forma a Administração da Companhia irá propor a equalização da proporção entre capital e reservas, através de aumento de capital, na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) Lucros Acumulados

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral do Conselho de Administração.

Em Assembleia Ordinária realizada em 28 de março de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos para as acionistas no valor de R\$6.776. Em 12 de dezembro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada distribuição de dividendos para as acionistas no valor de R\$3.148, totalizando o montante de R\$9.924 distribuídos ao longo do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 2022, a apuração de Juros sobre Capital Próprio da Empresa resultou no valor total de R\$3.868, sendo R\$1.499 pagos aos acionistas durante o exercício de 2022.

28. RESULTADO POR AÇÃO

Básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média de ações do período. Já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivesse sido emitidas durante o período.

Dessa forma, apresenta abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada, visto que não há diferença entre eles:

	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	39.546	37.815	(1.363)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	30.002	30.002	30.000
Lucro básico por ações (em R\$)	<u>1,32</u>	<u>1,26</u>	<u>(0,05)</u>

Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)
Receita de Serviços	-	-	-	488.937	336.512	27.726
Receita de Locação	3.883	606	-	-	-	-
Receitas de Construção	-	-	-	55.048	10.780	229
Receita de Vendas	-	-	-	335	-	3
	<u>3.883</u>	<u>606</u>	<u>-</u>	<u>544.320</u>	<u>347.292</u>	<u>27.958</u>
Impostos e Contribuições sobre Serviços e Vendas	(359)	(56)	-	(57.461)	(43.490)	(3.206)
	<u>3.524</u>	<u>550</u>	<u>-</u>	<u>486.859</u>	<u>303.802</u>	<u>24.752</u>

a) Receita de Construção

A receita líquida e o custo de construção estão relacionados aos contratos de concessão de longo prazo, sendo associados aos respectivos direitos conforme o tipo de ativo (intangível ou financeiro). Inicialmente os montantes são registrados na rubrica de ativos de contrato e, quando da conclusão da obra, os valores são reclassificados para o ativo financeiro de concessão e ativo intangível (conforme o tipo de ativo). Dessa forma, abaixo estão apresentados os valores de receitas de construção:

	Receita Líquida de Construção		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
Ativo de Contrato			
Receita de Construção	55.048	10.780	229
Custo de Construção	<u>(35.034)</u>	<u>(6.080)</u>	<u>(130)</u>
Total	<u>20.014</u>	<u>4.700</u>	<u>99</u>

30. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Custo dos serviços prestados e vendas			
Operacional			
Depreciações e Amortizações	(941)	(111)	-
Outros			
Honorários e Despesas com terceiros	(296)	(22)	-
Impostos, taxas e contribuições	(30)	-	-
Outras Receitas (Despesas)	1	-	-
Outros	<u>(695)</u>	<u>(216)</u>	<u>(6)</u>
	<u>(1.961)</u>	<u>(349)</u>	<u>(6)</u>
Classificação por função			
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços			
Vendidos	(796)	(94)	-
Gerais e administrativas	(1.166)	(255)	(6)
Outras receitas (despesas), líquidas	1	-	-
	<u>(1.961)</u>	<u>(349)</u>	<u>(6)</u>

	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (reapresentado)
Custo dos serviços prestados e vendas			
Pessoal			
Remunerações	(101.863)	(75.039)	(6.114)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(36.947)	(27.649)	(2.403)
Benefícios	(17.662)	(13.895)	(1.175)
Despesas com pessoal	(2.844)	(1.784)	(162)
Operacional			
Água e Energia elétrica	(1.613)	(1.436)	(118)
Mão de obra terceirizada	(53.811)	(41.148)	(3.821)
Aluguéis de Imóveis	(625)	(203)	(31)
Combustíveis e Lubrificantes	(27.858)	(12.948)	(877)
Custo de mercadoria vendida	(42)	-	(2)
Depreciações e Amortizações	(27.011)	(11.752)	(668)
Construções de Contratos de Concessão	(35.034)	(6.080)	(130)
Máquinas e Equipamentos	(45.440)	(37.221)	(3.030)
Materiais	(20.451)	(14.379)	(1.592)
Outros			
Despesas diversas	(12.654)	(5.020)	(421)
Honorários e Despesas com terceiros	(38.568)	(21.544)	(2.408)
Impostos, taxas e contribuições	(6.344)	(4.796)	(411)
Outras Receitas (Despesas)	103	1.994	-
Provisões para perdas	(5.954)	(10.151)	(4.917)
Provisões para contingências	380	(1.166)	(307)
Alienação de bens	1.310	280	354
Recuperação de créditos e despesas	19.461	22.229	1.250
Outros	(5.429)	(2.044)	(205)
	<u>(418.896)</u>	<u>(263.752)</u>	<u>(27.188)</u>
Classificação por função			
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços			
Vendidos	(371.136)	(245.175)	(18.464)
Gerais e administrativas	(56.333)	(32.938)	(9.606)
Outras receitas (despesas), líquidas	8.573	14.361	882
	<u>(418.896)</u>	<u>(263.752)</u>	<u>(27.188)</u>

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Receitas Financeiras						
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.396	145	-	8.935	2.890	78
Variações Monetárias	-	-	-	-	21	-
Juros recebidos	-	-	-	15.276	22.312	2.815
Juros sobre Ativos de Concessão	-	-	-	934	366	23
Descontos Obtidos	-	-	-	127	133	1
Atualização monetária sobre créditos de impostos	-	-	-	359	1.251	-
	<u>2.396</u>	<u>145</u>	<u>-</u>	<u>25.631</u>	<u>26.973</u>	<u>2.917</u>
Despesas Financeiras						
AVP de Arrendamentos	-	-	-	(282)	(368)	(32)
Comissões e Despesas Bancárias	(11)	(12)	(5)	(232)	(137)	(27)
Juros Pagos ou Incorridos	(2)	-	-	(188)	(116)	(60)
Multas por atraso no pagamento	(2)	-	-	(2)	(76)	-
Descontos Concedidos	-	-	-	(7.544)	(6.502)	(315)
Impostos sobre Operações Financeiras	(165)	(131)	-	(631)	(308)	(4)
Juros e Despesas sobre Empréstimos e Financiamentos	(12.718)	(1.728)	(54)	(14.088)	(2.150)	(253)
Atualização monetária sobre Mútuos	(523)	(333)	-	-	-	-
Atualização monetária sobre saldo a pagar de aquisição de empresas	-	-	-	(6.182)	-	-
	<u>(13.421)</u>	<u>(2.204)</u>	<u>(59)</u>	<u>(29.149)</u>	<u>(9.657)</u>	<u>(691)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(11.025)</u>	<u>(2.059)</u>	<u>(59)</u>	<u>(3.518)</u>	<u>17.316</u>	<u>2.226</u>

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

32.1. Fatores de Risco Financeiros

Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de gerenciamento de capital e risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos.

A gestão dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

A Companhia não realiza operações de crédito na modalidade “risco sacado” ou “forfait”.

a) Risco de Mercado

(i) *Risco de Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros*

- (ii) O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, que decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”); e (ii) empréstimos e financiamentos e estão atrelados aos indexadores Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e/ou Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Caso as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro seria alterado para mais ou para menos em decorrência de receitas de aplicações financeiras e despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos conforme o cenário provável, apresentado a seguir.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2022.

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	<u>Saldos patrimoniais</u>	
	<u>31 de dezembro de 2022</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras		
Em CDI	62.061	-
Empréstimos e financiamentos		
Em CDI	-	(45.423)
Em Selic		(8.818)
Debêntures		
Em CDI	-	(75.939)
Nota Comercial		
Em CDI	-	(39.341)
Arrendamento mercantil		
Em CDI	-	(2.736)
	62.061	(172.257)

	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>+25%</u>	<u>+50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras						
Em CDI	Variação do CDI	8.533	10.667	12.800	6.400	4.267
Empréstimos e financiamentos						
Em CDI	Variação do CDI	(6.246)	(7.807)	(9.369)	(4.684)	(3.123)
Em Selic	Variação da Selic	(1.212)	(1.516)	(1.819)	(909)	(606)
		(7.458)	(9.323)	(11.188)	(5.593)	(3.729)

	Risco	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Debêntures						
Em CDI	Varição do CDI	(10.442)	(13.052)	(15.662)	(7.831)	(5.221)
Nota Comercial						
Em CDI	Varição do CDI	(5.409)	(6.762)	(8.114)	(4.057)	(2.705)
Arrendamento mercantil						
Em CDI	Varição do CDI	(376)	(470)	(564)	(282)	(188)
		(15.152)	(18.940)	(22.728)	(11.363)	(7.576)
CDI	Focus					13,75%
Selic	Focus					13,75%

b) Risco de Crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis entre cobranças de tarifas de coleta de lixo para os usuários, mediante emissão de carnê próprio e cobrança dos serviços diretamente para as pessoas físicas, jurídicas, prefeituras, autarquias e empresas de economia mista são inerentes ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço.

c) Risco de Liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	12.110	-	-	-	12.110
Empréstimos e financiamentos	41.470	16.121	21.335	-	78.926
Debêntures	24.164	21.152	50.345	-	95.661
Nota Comercial	6.477	14.442	32.380	6.407	59.706
Arrendamento mercantil	2.689	47	-	-	2.736
	<u>86.910</u>	<u>51.762</u>	<u>104.060</u>	<u>6.407</u>	<u>249.139</u>
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)					
Fornecedores	7.919	-	-	-	7.919
Empréstimos e financiamentos	9.772	7.688	12.169	-	29.629
Debêntures	12.792	16.070	40.387	-	69.249
Arrendamento mercantil	2.157	1.731	44	-	3.932
	<u>32.640</u>	<u>25.489</u>	<u>52.600</u>	<u>-</u>	<u>110.729</u>
Em 1 de janeiro de 2021					
Fornecedores	6.940	-	-	-	6.940
Empréstimos e financiamentos	25.774	8.662	13.489	-	47.925
Arrendamento mercantil	3.119	1.752	78	-	4.949
	<u>35.833</u>	<u>10.414</u>	<u>13.567</u>	<u>-</u>	<u>59.814</u>

32.2. Gestão de Capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e arrendamentos conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, descontado do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O índice de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2022, pode ser assim sumariado:

	<u>2022</u>
Total de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	172.257
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(69.078)
(-) Aplicações financeiras	(1.038)
Dívida Líquida	<u>102.141</u>
Total do patrimônio líquido e participação dos não controladores	97.682
Total	<u>199.823</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u><u>51,12%</u></u>

33. SEGUROS

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Demonstramos abaixo os seguros contratados em 31 de dezembro de 2022:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Compreensivo empresarial - Ambiental Coleta Joinville Floresta	2.200	11/02/2022 - 11/02/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Balneário Camboriú	500	23/11/2022 - 23/11/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Balneário Camboriú B. Estados	700	17/02/2022 - 17/02/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Balneário Camboriú B. Centro	500	18/11/2022 - 18/11/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental São José	1.400	29/11/2022 - 29/11/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Jaraguá do Sul	1.150	29/03/2022 - 29/03/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Joinville (Sede e RU)	1.000	30/04/2022 - 30/04/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Joinville (Comercial)	1.700	25/11/2022 - 25/11/2023
Compreensivo empresarial - Ambiental Joinville B. Guanabara	700	02/05/2022 - 02/05/2023
Veículos de apoio	100% da tab. Fipe	13/07/2022 - 13/07/2023
Responsabilidade Civil	15.000	26/07/2022 - 26/07/2023

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de Investimento

No dia 5 de janeiro de 2023 a Companhia assinou o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda das quotas, através da qual vendeu a totalidade de sua participação societária na Engeco Projetos e Construções Ltda, data em que transferiu ao comprador 100% de suas quotas. Dessa forma, a Companhia passa a se dedicar, conforme sua estratégia, às atividades de limpeza urbana e saneamento.

Incorporação de investimentos

Em 1º de janeiro de 2023 foi assinada a 44ª alteração do Contrato Social da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda, aprovando a incorporação e extinção de suas controladas Tucano Gestão Ambiental Ltda, T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda.

A incorporação justifica-se por todas as empresas possuírem uma única sócia e por ser de maior conveniência aos interesses sociais das mesmas, uma vez que a unificação das atividades e da administração das duas sociedades resultará em benefícios e sinergias às operações e aos negócios de ambas, de ordem administrativa, econômica e financeira, incluindo: (i) racionalização e simplificação de sua estrutura societária, e, conseqüentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; e (ii) melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das sociedades, em razão da união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação de ambas.

Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária

No dia 8 de fevereiro de 2023 foi proferido julgamento pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários nº 955.227 e 949.297, em sede de repercussão geral, Temas 885 e 881, firmando a seguinte tese: *“as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventa e a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo”*

A Administração avaliou o assunto em conjunto com seus assessores jurídicos e não sofrerá impacto com essa decisão, haja vista que todos os trânsitos em julgado foram em alinhamento com o entendimento firmado pelo STF e pelo STJ. Caso haja eventual mudança de cenário, ele somente atingirá o período futuro, respeitadas ainda as anterioridades, nonagesimal ou anual.

Conversão de adiantamento para futuro aumento de capital em capital social

No dia 18 de abril de 2023, foi registrada a 46ª alteração do contrato social da controlada Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda, ato em que a Companhia aumentou o capital social da controlada convertendo R\$121.000 registrados anteriormente a título de adiantamento para futuro aumento de capital em capital social. Com essa alteração, o capital social da controlada passa a ser de R\$178.070 a partir desta data.